

BRASIL PARA TODOS

Revista Internacional ENIAC sobre Questões Étnico-Raciais

Uma reflexão sobre a diversidade, inclusão e equidade na educação
“O mundo que temos e o mundo que queremos”

2015

Anais do

|| Seminário Internacional da
Integração Étnico-Racial e as
Metas do Milênio



ENIAC

Educação Básica e Superior

Editorial BRASIL PARA TODOS

A diversidade sempre foi a marca de um mundo globalizado, fazer diferente, ser diferente marcam a constante busca por novos desafios e são estas características que mistificam os nossos milênios.

O nosso planeta é enorme já estamos perto de 7,4 bilhões de habitantes, com crenças, ideais e necessidades diferentes. A cada dia um novo desafio é apresentado, pois o Homem só consegue viver se ultrapassa-los.

Um grande avanço no mundo moderno foi a preocupação com os diferentes, não importando sua raça, religião, condição financeira, necessidade especial de mobilidade ou intelectual.

Várias instituições, grupos de apoio governamentais e não governamentais vislumbram muito esta preocupação, ou seja, todos têm direitos iguais e suas necessidades devem ser respeitadas.

A convicção sobre a superioridade de determinados grupos ou pessoas, com base em diferentes motivações, em especial as características físicas e outros traços do comportamento humano.

Consiste em uma atitude depreciativa não baseada em critérios científicos em relação a algum grupo social ou étnico.

A II Revista Brasil para todos, apresenta artigos multidisciplinares, relacionados a está integração e socialização dos diferentes.

Existem artigos internacionais que nos permitem criar um paralelo da realidade Brasileira com as de outras partes do mundo.

Boa Leitura,

Professor Doutor João Carlos Lopes Fernandes e
Professora Doutora Mônica Maria Martins de Souza.



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E AS METAS DO MILÊNIO

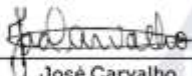
(11) 2472-5500 | www.eniac.com.br | [f /colégiofaculdadeeniacc](https://www.facebook.com/colégiofaculdadeeniacc)

O Evento:

No **II Seminário Internacional Étnico-Racial** tivemos a participação de autoridades em diversas áreas do Conhecimento e a todos foi entregue o certificado de apresentação, ouvinte debatedor ou organizador do evento de acordo com a sua atuação:

Certificado

Certificamos que _____
participou do **II Seminário Internacional de Integração Étnico-Racial e as Metas do Milênio**, nos dias 13, 14 e 15 de maio de 2015, como _____.


José Carvalho
Diretor - Faculdade Eniac.


Dra. Mônica Martins
Coordenação - Seminário

Auditório Eniac - Rua Força Pública, 89 - Centro, Guarulhos - SP/Brasil.



(11) 2472-5500 | www.eniac.com.br | [f /colégiofaculdadeeniacc](https://www.facebook.com/colégiofaculdadeeniacc)



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E AS METAS DO MILÊNIO

(11) 2472-5500 | www.eniac.com.br | [f /colégioefaculdadeeniacy](https://www.facebook.com/colégioefaculdadeeniacy)

Participantes:



Dra. Valéria



Dra. Mônica



Palestrantes e Representantes Guarulhenses



Prof Wlamir



Palestrante Gilberto de Esu



Dr. Esdras



Dra. Ana Cris Bondiolle



Dr. João Carlos



Dr. Celestino e Célia Regina



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E AS METAS DO MILÊNIO

(11) 2472-5500 | www.eniac.com.br | [f /colégioefaculdadeeniacy](https://www.facebook.com/colégioefaculdadeeniacy)

Participantes:



Profs. Ma. Helena, Daniel e Bruno



Profs. Neide Sabino, Gilberto Esu e Mônica



Palestrantes



Palestrante Thiago



Representante Guarulhense



Maria Helena - México



Dr. Israel T. Lay - México



Representantes Guarulhenses e Dra Mônica



Ouvintes debatedores



Anais do II Seminário Internacional de Integração Étnico-Racial e as Metas do Milênio

Copyright:

Revista BRASIL PARA TODOS - Revista Internacional ENIAC sobre Questões Étnico-Raciais. Uma reflexão sobre a diversidade, inclusão e equidade na educação. “O mundo que temos e o mundo que queremos”.

A Revista BRASIL PARA TODOS é Eletrônica editada em *Open Journal Systems (OJS)* www.nupeniac.com.br ISSN eletrônico xxx-xxxx Publicação Semestral de trabalhos apresentados nos Seminários Étnico-Raciais da Faculdade ENIAC - FAPI . R. Força Pública, 89 - Centro Guarulhos - SP, CEP. 07012-030.

É permitida a reprodução de qualquer matéria desde que citada à fonte.

ESTRUTURA

Presidente: Prof. Me. Ruy Guérios (FAPI).
Diretor Acadêmico 1: Daniel José Lopes Junior
Diretor Acadêmico 2: José Antonio Siqueira Ribeiro
Diretor Educacional: José Antonio Dias De Carvalho
Assessora da Mantenedora: Neide Oliveira
Diretor de Pesquisa: Prof. Dr. Antonio Carlos da F. Bragança Pinheiro (FAPI).
Coordenadora de Pesquisa: Profa. Dra. Mônica Maria Martins de Souza (FAPI).
Editor Chefe: Prof. Dr. João Carlos Lopes Fernandes (FAPI).

COMISSÃO EDITORIAL

Profa. Dra. Simone Aparecida Canuto – (UTAD / Portugal)
Profa. Dra. Ana Isabel Barreto Furtado Franco de Albuquerque Veloso – (Universitário de Santiago / Portugal)
Profa. Dra. Sônia de Almeida Ferreira – (Universitário de Santiago / Portugal)
Prof. Dr. Carlos Del Valle Rojas – (la Universidad de La Frontera / Chile)
Prof. Dr. Israel Tonatihu Lay Arellano – (Universidad de Guadalajara / Mexico)
Prof. Dr. Genilson Valotto – (Universidade do Paraná / Brasil)
Prof. Dr. João Carlos Lopes Fernandes – (Instituto MAUA de Tecnologia / Brasil)
Profa. Dra. Vânia Haddad Diego – (FAPI / Brasil)
Profa. Dra. Maria Aparecida Sanches Pesquisadora – (FACCAMP / Brasil)
Prof. Dr. Manuel Meireles (UNIP / Brasil)
Prof. Dr. Márcio Magera (UNICAMP / Brasil)

COMISSÃO DE PARECERISTAS AD HOC

Dr. Álvaro Fernando Rodrigues da Cunha San Diego. Califórnia.
Prof. Dr. Eduardo Álvarez Pedrosian Montevideo, Uruguay.
Dra Danielle Nahas, San Diego, Califórnia.
Prof. Dr. Jose Flavio Messias - (USP).
Prof. Dr. Fernanda Cristina Barbosa Pereira Queiroz - (UFSC).
Prof. Dr. Hélio Roberto Hékis - (UFSC).
Profa. Isaura Alberton de Lima (Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR).
Prof. Dr. Jamerson Viegas Queiroz (Universidade Federal do Rio grande do Norte UFRN).
Prof. Dr. Jorge Luis Risco Becerra (USP).
Profa Dra. Laura Camilo dos Santos Cruz (ENIAC-SP).
Prof. Dr. Marciano Furukava - (UFRN).
Profa. Dra. Nanci Geroldo - (USP/ENIAC-SP).
Prof. Dr. Marcos Roberto Celestino – (PUC-SP).
Prof. Dr. Mauro Maia Laruccia - (PUC-SP/FICS-SP).

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Me. Ruy Guérios (FAPI).
Prof. Dr. Antonio Carlos da F. Bragança Pinheiro (FAPI).
Profa. Dra. Mônica Maria Martins de Souza (FAPI).
Prof. Dr. João Carlos Lopes Fernandes (FAPI).
Profa. Dra. Ana Isabel Barreto Furtado Franco de Albuquerque Veloso – (Aveiro / Portugal)
Dr. Álvaro Fernando Rodrigues da Cunha San Diego. Califórnia.
Prof. Dr. Israel Tonatihu Lay Arellano – (Universidad de Guadalajara / Mexico)

COMISSÃO DE EDIÇÃO, REVISÃO, DIAGRAMAÇÃO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Prof. Dr. Antonio Carlos da F. Bragança Pinheiro (FAPI).
Profa. Dra. Monica Maria Martins de Souza
Prof. Dr. João Carlos Lopes Fernandes
Diagramador: Leonardo Simão

PROJETO GRÁFICO, CAPA E TI

Prof. Dr. João Carlos Lopes Fernandes (FAPI)
Gabriel Duarte Bonfim

MARKETING

Fernando Domingues.
Gabriel Duarte Bonfim

ASSISTENTE GRÁFICO

Leonardo da Costa Simão

EDITOR CHEFE

Prof. Dr. João Carlos Lopes Fernandes (FAPI).

COEDITORA

Profa. Dra. Monica Maria Martins de Souza – Jornalista No.0067950 SP.

BRASIL PARA TODOS Revista Eletrônica www.mupeniac.com.br /ISSN eletrônico xxx-xxxx de Publicação Semestral vinculada à Faculdade Eniac.

**No 1 - dezembro de 2014 - São Paulo: ENIAC, 2014. 28cm.
Semestral – ISSN Eletrônico: xxxxxxxx**

Missão da Revista BRASIL PARA TODOS: proporcionar reflexões acerca de temáticas acadêmicas relevantes e principalmente ser um veículo de comunicação científica para dar publicidade às ideias e pesquisas do mundo atual; ser, de fato, um espaço para publicação de professores pesquisadores e alunos de iniciação científica divulgar suas investigações acadêmico-científicas.

Sem prejuízo de acolhimento e difusão de contribuições da engenharia do conhecimento, este veículo acolhe todos os campos do conhecimento acadêmico e não elege nesta Edição, uma área temática preferencial, pois a sua temática permanente discute Questões Étnico-Raciais. Uma reflexão sobre a diversidade, inclusão e equidade na educação. “O mundo que temos e o mundo que queremos”.

Privilegia a transdisciplinaridade com abordagem científica que visa a unidade do conhecimento. Desta forma, procura estimular nova compreensão da realidade articulando elementos que passam entre, além e através das disciplinas, numa busca de compreensão da complexidade que é a rede propiciadora do conhecimento responsável.

A Revista BRASIL PARA TODOS compõe os temas em dossiês - artigos, resenhas e similares, nacionais e internacionais, contribuindo para o debate intelectual.

TRABALHOS APRESENTADOS

Anais do

II Seminário Internacional de Integração Étnico-Racial e as Metas do Milênio

www.eniac.com.br

ojs.eniac.com.br

BRASIL PARA TODOS Revista Internacional ENIAC sobre Questões Étnico-Raciais. Uma reflexão sobre a diversidade, inclusão e equidade na educação “O mundo que temos e o mundo que queremos”

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E AS METAS DO MILÊNIO:

SUMÁRIO

La desigualdad y la diferencia: notas para pensar los trayectos escolares de las personas trans.

Facundo Abalo.

Email: facabalo@yahoo.com.ar

11-17

Discriminación étnica en los tribunales y en la prensa de la región de La Araucanía en Chile.

Carlos Del Valle Rojas.

Email: delvalleufro@gmail.com

18-28

Notas sobre la nueva ley general para la atención y protección a las personas con la condición del espectro autismo.

Israel Tonatiuh Lay Arellano.

Email: tonatiuh_lay@hotmail.com

29-32

La educación inclusiva de alumnos migrantes centroamericanos en el municipio de Tapachula.

Mauricio Zacarías Gutiérrez.

Email: mazag@hotmail.com

33-36

Características Y Retos de la Institución Educativa Inclusiva: atender las diferencias no a los “diferentes”.

Maria Elena Anguiano Suárez.

Email: helena_anguiano@hotmail.com

37-43

O Impacto do uso das tecnologias da informação e da comunicação no autoconceito e na qualidade de vida da pessoa idosa.

Sónia de Almeida Ferreira, Ana Isabel Veloso, Óscar Mealha.

Email: soniaaferreira@ua.pt

44-51

A inclusão dos estudos africanos nas escolas brasileiras do Ensino Fundamental.

Gilberto Antonio Ferreira / Oga Gilberto de Esu.

Email: esu@oul.com.br

52-61

Políticas sociais e ambientais - conhecendo o continente africano e a cultura africana e afro brasileira.

Celia Regina.

Email: celia.regina@eniac.com.br

62-68

Biopoder e bioética em face do direito penal do inimigo: uma análise dos limites da banalidade do mal em hannah arendt e agamben na releitura do conceito de direitos humanos.	69-80
<i>Carolina Angelo Montolli.</i> Email: carolinamontolli@gmail.com	
A utilização das tecnologias de informação e de comunicação em ambientes de aprendizagem numa perspectiva inclusiva.	81-90
<i>Fábio Rocha Santos, João Carlos Lopes Fernandes.</i> Email: fabiorochasantos@usp.br	
O ensino a distância como ferramenta de inclusão social: desafios sociais e tecnológicos.	91-95
<i>Ana Cristina Vigliar Bondioli. Me. Renata Carvalho</i> Email: anabondioli@gmail.com	
A inclusão dos pacientes em estado terminal pelo viés da atuação da psicologia hospitalar.	96-100
<i>Eliane Souza Rodrigues, Monica Maria Martins de Souza.</i> Email: prmonicacs@gmail.com	
O Consumo como Inclusão / Exclusão Social: A Dimensão Política da Circulação de Bens no Brasil.	101-106
<i>Valeria Brandini</i> Email: Valeriabrandini@uol.com.br	
Inclusão do prontuário eletrônico nos sistemas hospitalares e ambulatoriais.	107-115
<i>Anderson Alves da Silva, João Carlos Lopes Fernandes</i> Email: som_alves_silva@hotmail.com	
Evolução das formas de trabalho.	116-125
<i>Ana Paula Pereira de Macedo Silva, Cristina Santos Caires Lima, Mauricio Pedro da Silva.</i> Email: mauricio_psilva@ig.com.br	
Cursos Pronatec – A avaliação no ingresso em busca de um aprendizado homogêneo.	126-138
<i>Wlamir Paschoal, Mario Marcos Lopes.</i> Email: wlamirpaschoal@yahoo.com.br	
Direito ambiental e créditos de carbono.	139-155
<i>Thiago Castro, Mônica Maria Martins de Souza</i> Email: tsacaastro@yahoo.com.br	
Entrevista motivacional: uma abordagem baseada na escola de saúde mental.	156-161
<i>Tradução: Fátima Sanches, Autor: James Bylund</i> Email: tsacaastro@yahoo.com.br	

Inclusão feminina na hierarquia organizacional - Uma breve análise da mulher na gestão contemporânea.

João Carlos Lopes Fernandes - Monica Ma. Martins de Souza - Romária dos Santos de Santana - Valdilene Sá Santos

162-181

Email: jlopesf@uol.com.br

Proposta de reestruturação de cargos e funções administrativas em uma metalúrgica de pequeno porte em Guarulhos.

Adaís Maélli Bordim, Maurício Pedro Da Silva.

182-188

Email: bordim1985@gmail.com

A importância do cross docking para e-commerce e global com responsabilidade ambiental na contemporaneidade.

Clayton Nascimento Ferreira - Antonio Carlos Neto de Jesus - Orientadora: Monica Maria Martins de Souza

189-197

Email: clayton_nf@yahoo.com.br

Ética na emissão de cartão de crédito.

Danielle Pergentino Alves, Monica Maria Martins de Souza,

198-212

Email: pergentino.dani@hotmail.com

Anais do
II Seminário Internacional de Integração Étnico-Racial e as Metas do Milênio

LA DESIGUALDAD Y LA DIFERENCIA: NOTAS PARA PENSAR LOS TRAYECTOS ESCOLARES DE LAS PERSONAS TRANS

Inequality And Difference: Parameters For Reflection Of Students ' School Experience Immigrants

Dr. Facundo Abalo

Doctor en Comunicación -Universidad Nacional de La Plata. Magister en Artes - Universidad de Buenos Aires. Profesor adjunto e investigador - UNLP/UBA. Publicó el libro "Arte y Liminalidad", además de artículos en revistas culturales, diarios nacionales y publicaciones académicas sobre la articulación entre Arte y Comunicación. Es Director de la Editorial de la Universidad de La Plata – EDULP. Secretario Académico de la Carrera de Posgrado en Periodismo Cultural y Miembro del Comité Académico del Doctorado en Comunicación.

RESUMEN

Desde sus comienzos, la educación en Argentina tuvo una perspectiva universalista, plasmada en la Ley de Educación Común de 1884, la cual consagró la formación gratuita, laica y obligatoria. Más que un derecho, fue sancionada como una necesidad del Estado. Primero, frente a las masas criollas, y luego, ante la urgencia de *argentinizarse* a los extranjeros provenientes de las oleadas migratorias.

Palabras-clave: desigualdad, trayectos escolares, personas trans.

ABSTRACT

Since its inception, education in Argentina was a universalist perspective, embodied in the law of common education of 1884, which enshrined free, secular and mandatory training. More than a right, was sanctioned as a necessity of the State. First, Creole masses, and then, given the urgency of *argentinizing* the waves of migration from foreigners.

Keywords: inequality, school trips, trans people.

INTRODUCCION

En ese marco, y valorizada como espacio de socialización, la escuela pretendió ser un ámbito en el cual se suspendieran los conflictos del mundo adulto: fundamentalmente el tratamiento dispar y la segregación propios de una sociedad no equitativa. Sin embargo, la escuela argentina jamás fue el segundo hogar, ni tampoco se constituyó como el espacio inclusivo que ostentaba. La escuela como ámbito de disciplinamiento - fundamentalmente de los cuerpos - ha sabido cobijar solo aquello que ella misma fue creando. Paradójicamente, se ha definido y legitimado con esta ilusoria noción inclusiva y universalista. Ilusión universalista que comporta una doble cara: universal en sus contenidos y universal en sus alcances.

Este carácter *universalizante* ofrece claras limitaciones al momento de pensar las articulaciones entre escuela y sexualidad. La escuela reproduce el ideal de familia monogámica y heterosexual, pero en el mismo movimiento, calla los procesos violentos que ella misma ejecuta para sostener dicho ideal, e invisibilizar todo aquello que permanece por fuera. La institución escolar determina qué cuerpos reconoce como válidos y cuáles son disimulados o excluidos. Así comienza a entenderse por qué el 64% de las mujeres trans que afirman haberse reconocido en dicha identidad antes de los 13 años no terminó la escuela primaria. Al mismo tiempo de aquellas que lograron terminar la primaria, menos del 10% completo los estudios secundarios¹. Esta no es la misma situación de los varones trans que fueron relevados para este trabajo de investigación, donde

se comprueba que, en la mayoría de los casos, se completo la educación primaria y secundaria.

Cuando se compara las trayectorias escolares del colectivo trans se advierte que, para poder completar los estudios secundarios, lo habitual es repetir y reiniciar los estudios de manera intermitente en diferentes escuelas, hecho que equivaldría una trayectoria escolar interrumpida o fragmentada. Los motivos de esa interrupción no se vinculan a la necesidad económica de ingresar al mundo laboral – como sucede en otros sectores sociales –, sino centralmente asociada a la violencia ejercida por sus propios compañeros o las autoridades de las instituciones educativas. Que gran parte de las trayectorias escolares de las personas trans estén atravesadas por situaciones de cambios de escuelas, repeticiones de año o deserciones (más ligadas a exclusiones) pone de relieve la dificultad de la institución para tolerar todo aquello que *excede* o no reconocido por la norma. Su universal es de niños y niñas, claramente diferenciados, con una sexualidad latente pero invisible, que no debería manifestarse en el ámbito escolar. Niños y niñas que nada tienen que preguntarse sobre su propia sexualidad porque la respuesta vendrá sola en el futuro: el deseo unívoco hacia el sexo opuesto.

De esta manera, y teniendo en cuenta que la mayoría de las personas trans ha sufrido algún tipo de violencia (el 91,4 % de las encuestadas, según los datos proporcionados por la fuente antes mencionada), la escuela ocupa el tercer puesto en la

¹ Datos publicados en *La gesta del nombre propio. Informe sobre la situación de la comunidad travesti en la*

lista de espacios donde recibieron agresiones, por debajo de la comisaría y la calle.

En la escuela, la segregación y la agresión son transmitidas especialmente por parte de compañeros o estudiantes de años superiores. Los docentes, tienden a *proteger* la diferencia a través del disimulo, en el mejor de los casos; intentan reducir el daño, y con ello la visibilidad, bajo su aparente protección, pero nunca es una situación conflictiva que se trabaja desde el aula.

La mayoría de las personas entrevistadas para la presente investigación no se reconocía como *trans* durante su trayectoria escolar. Más que una identidad de género definida, en la infancia y la adolescencia percibían que eran diferentes, siendo la escuela la que terminó nominando esa diferencia.

En la mayoría de las entrevistas y testimonios persiste el deseo de terminar los estudios o iniciar una carrera universitaria, a la vez que el temor de ser nuevamente rechazadas: Le dijeron a mi mamá: “su hijo tiene prácticas que no son de varón, si nosotros lo expulsamos va a tener un problema, así que mejor sáquelo por las buenas”. Recuerdo mi vuelta al aula. Hicieron una especie de juego en el que tu compañero tenía que presentarte. Yo estaba muerta de miedo, no sabía que decirle. Transpiraba, estaba muy nerviosa. Mi mamá me esperaba afuera. Le había dicho que si en veinte minutos salía, era porque era una fracasada [...].

Entre las personas trans encuestadas por Berkins y Fernández, únicamente el 11% estudia en la actualidad, aunque entre aquellas que no lo hacen, el 70% desearía poder hacerlo. Entre las causas por las cuales no se completan los estudios, en primer lugar se encuentra el miedo a ser discriminadas.

Teniendo en cuenta estas estadísticas, este trabajo se constituye como una reflexión teórico-política que intenta hacer foco sobre los procesos de recepción, pero vinculados a las construcciones identitarias en torno al género y las interpelaciones emancipatorias. Es decir, no pretende problematizar el género y la sexualidad (cuestiones más complejas que no se intentan abordar aquí), sino para observar de manera indicial los modos de relacionarse con la lectura de un colectivo abyecto dentro del sistema educativo. En este sentido, el trabajo de campo no se propuso indagar sobre las problematizaciones y complejidades en relación a las construcción genérica de las/los entrevistados, sino cómo el vínculo que establecían estos sujetos con la lectura se hallaba atravesado por la institución escolar como espacio donde se administran las destrezas y capitales sobre qué y cómo leer, y su indefectible articulación con las condiciones de su exclusión.

Tal como afirman Diana Maffia y Mauro Cabral en *Sexualidades migrantes. Género y transgénero*:²

En los años 70, la irrupción de la categoría de género en la teoría feminista permitió el florecimiento de una serie de análisis que procuraban derrotar los estereotipos vinculados a la identidad femenina y masculina,

²Maffia, M. (comp). (2003). *Sexualidades migrantes. Género y transgénero*. Editorial Feminaria.

a sus roles sociales y a sus relaciones de poder. La operación consistía principalmente en dos pasos: primero, diferenciar sexo de género, considerando al segundo una lectura cultural del sexo biológico, asignado dicotómicamente según la anatomía. Segundo, mostrar que las diferencias de género atraviesan toda la vida social, dividiéndola y organizándola simbólicamente. Desnaturalizaban así los roles femenino y masculino propios del género, pero sin discutir la "naturalidad" del sexo. Muchos análisis contemporáneos conservan esta lectura en dos niveles. No se discute la realidad de las diferencias sexuales, sino la legitimidad de los estereotipos construidos por la sociedad sobre esas diferencias, como si el sexo constituyera una materialidad inapelable. Sostenemos que el sexo anatómico mismo, su propia presunta dicotomía, son producto de una lectura ideológica. Una ideología de género que antecede la lectura misma de los genitales, que no permite hablar de un sexo natural, y que es lo suficientemente fuerte como para disciplinar los cuerpos cuando no se adaptan cómodamente a la lectura que se espera hacer de ellos.

La influencia de ideas posestructuralistas, particularmente de Michel Foucault, dieron lugar a una reacción general que llamó al replanteamiento de estas cuestiones y su binarismo, como así también a la historización de sus términos y significados en el contexto de la ciencia y la tecnología. Así, diversos autores examinaron nuevamente los aspectos del cuerpo físico y la influencia del discurso en la construcción del sexo (Butler, 1990), y la dualidad cuerpo/cultura (Haraway, 1991). En su historia de la distinción sexo/género, la filósofa feminista de la ciencia, Haraway (1991) cita las siguientes fuentes de la conceptualización del género en el período de postguerra: la sexología del siglo XIX; los descubrimientos de la endocrinología bioquímica y psicológica desde 1920; los estudios sobre la psicobiología de la diferencia sexual; las hipótesis relacionadas al dimorfismo sexual a nivel

hormonal, genético y neurológico; y las primeras operaciones de cambio de sexo (Christine Jorgensen en 1952 y Roberta Cowell en 1954).

El pensamiento de Butler (1990, 1993) emergió como una tentativa de replantearse la distinción sexo/género, o mejor dicho de colapsar sus conceptos y problematizar la categorización binaria de los humanos y la heterosexualidad como natural. Butler estuvo fuertemente influenciada por las nociones de la categoría del sexo y el *sexo ficticio* de Monique Wittig, así como también por las nociones de heterosexualidad como institución social y el concepto del *pensamiento recto* de Gayle S. Rubin. La *teoría performativa de género* de Butler sostiene que la reiteración de las prácticas discursivas de sexo/género performa, es decir, materializa cuerpos e identidades de acuerdo con la norma heterosexual.

Por lo tanto, según Butler, las personas transexuales y transgéneras convierten sus cuerpos en artefactos, ejemplificando así en una forma acentuada, los procesos a los que todos estamos sujetos. Cuando Butler sostiene "nosotros también nos construimos" (más allá de los significados culturales que recibamos), privilegia aquello que podemos imaginar y simbolizar a partir de quienes somos según nuestra vivencia de lo genérico, poniendo entre paréntesis el género asignado o el anatómico, demandando entonces el reconocimiento del deseo, cualquiera sea la sociedad de la que participamos.

Es importante entonces repensar en las complejas articulaciones entre diferencia diversidad e identidad. A pesar de esta distinción en los

enfoques entre universalistas y comunitaristas, ambos coinciden en un punto: en el de partida, constituido por la idéntica cualificación de la “diversidad” sobre la que instaura “lo político”. La diversidad es considerada como un producto o resultado de la alteridad y la coexistencia de identidades culturales sustantivas definidas de manera previa.

Para estas perspectivas, las identidades culturales sustantivas compiten por el reconocimiento en el marco de la necesidad de establecer criterios igualitarios de distribución en un ámbito de diálogo neutral o en el espacio de un Estado instaurador de un régimen de tolerancia multicultural hacia la fragmentación.

Cabe señalar aquí, que los enfoques citados apenas tematizan sobre la estratificación clasista o en cuanto mucho se la considera función de otra instancia, como ser la etnicidad. El liberalismo obstruye la diferencia y desdibuja la desigualdad en su afán de establecer un plano neutral de negociación; y el multiculturalismo comunitarista la considera un tipo especial de “diferencia cultural” o, como ya se ha dicho, una mera función que imposibilita los distintos dispositivos de tolerancia al producir una radicalización de la diferencia cultural.

Tal como plantea Flavio Rapisardi³:

(...) el debate contemporáneo entrampa a la política de las identidades diferenciales o política de las diferencias en una consideración meramente cultural, en tanto exige las dos cuestiones planteadas: por un lado, considera a la existencia de identidades culturales sustantivas y

pre-constituidas como pivotes de las regulaciones políticas; por el otro, relega y divorcia el problema de la desigualdad, enmascarándolo detrás del reclamo identitario cultural (2003: 39).

En relación a estas consideraciones, Judith Butler abre un espacio de revisión cuando se pregunta: ¿es solamente una cuestión de reconocimiento cultural cuando las sexualidades y las identidades no-normativas son marginadas y descalificadas, y cuando éstas reclaman derechos? Este cuestionamiento, y los debates que implica, delinean una postura crítica, en tanto se busca desconstruir la visión reductiva de lo cultural que se apunta contra la denominada política de la diferencia, y en tanto se propone recuperar la dimensión material presente articulada por toda identidad. En este sentido, Rapisardi expresa que

Una perspectiva crítica exige, entonces, dismantelar lo que las tradiciones políticas liberales o comunitaristas adoptan como punto de partida, las cuales confinan la política de la diferencia a una reductiva versión de culturalismo: proponer identidades sustantivas y preexistentes, distribuidas en un mapa social, que se autodeterminan como pivotes de un régimen regulativo que las considera como partes constitutivas de un plano de inmanencia inalterable sobre el que debe operar. (2003: 40).

Contra esta posición, si abordamos al régimen de la diferencia que rige al mapa social – no como una derivación-reflejo de identidades preconstituidas, sino como articulación específica de modos jerarquizantes de reparto– y a las identidades como configuraciones producidas a partir de los

³Rapisardi, F. (2003). *Identidad, diferencia y desigualdad. Una crítica al debate contemporáneo*. En *Sexualidades migrantes. Género y transgénero*.

antagonismos articulados por el régimen operante, se podrán corroer los intentos de encostrar las políticas de la diferencia en el acotado campo de las propuestas identitarias de la política del debate contemporáneo. Esta operación teórica no consiste en la simple inversión de las propuestas de las denominadas políticas de la identidad, sino que se funda en la crítica a la misma noción de identidad como lugar sustantivo de autenticación. Es decir, las configuraciones, en tanto articulaciones de operaciones antagónicas y de poder, nunca remiten a comunidades homogéneas, sino a intereses políticos en discordia y en tensión que se pronuncian culturalmente en experiencias culturales comunes de desigualdad.

En este sentido, la cultura puede ser historizada como una superficie en la que se inscriben y articulan las condiciones materiales de la experiencia como campos de conflictos hegemónicos, atravesados por la exclusión. Desde esta posición, se tematizan las configuraciones como fenómenos históricos, es decir, modalidades articuladas culturalmente en la materialidad de lo social en función de distribuciones materiales y simbólicas inequitativas.

CONSIDERACIONES FINALES

En las instituciones escolares se desarrolla a partir de una regulación de la sexualidad que se vincula con el modo de producción, en tanto exige la heterosexualidad obligatoria y la familia como requerimientos sistemáticos de las formas sociales aptas para la reproducción de las relaciones sociales hegemónicas. Por esto, la etnia, orientación sexual, género y cuestiones etarias se pueden constituir en

un modo de la lucha de clases, entendida esta no como contradicción estructural, sino como enfrentamientos a los modos de dominio, autoridad, control, propiedad y reparto. Asimismo, la proliferación y no la mera diferenciación multicultural llevan, como sostiene Fabricio Forastelli (2006), a “revisar los sistemas y organizaciones de la autoridad en el terreno político y cultural”, en tanto articulan y hacen interactuar “registros culturales” (sentimientos, sentidos, etc.) y “registros políticos” que exigen el reordenamiento de lo social y de las instituciones.

Configuración e identificación y no identidad pre-constituida son la claves de esta cita. En esta propuesta, la identidad no preexiste ni se estabiliza en atributos, sino que es una configuración articuladora a partir de distintos antagonismos. La identidad de género travesti es concebida como una articulación y proceso en el que se cuestionan los modos de dominio y la reproducción del sistema político de relaciones hegemónicas, es decir, civiles, culturales y económicas. En esta perspectiva, la identidad de género travesti aparece como un constructo que relaciona y pone en juego dispositivos de exclusión y alianzas en función de la tensión y el antagonismo: “ser travesti es ubicarse en un punto de antagonismo en el que renegocia de manera constante sus identificaciones y alianzas en función de la crítica a la subalternidad” (Berkins, 2005).

BIBLIOGRAFÍA

BERKINS, L. y Fernández, J. *La gesta de nombre propio. Informe sobre la situación de la comunidad*

- travesti en la Argentina*. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2005.
- BOURDIEU, P. (2007). *El sentido práctico*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.
- _____. *Capital cultural, escuela y espacio social*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.
- _____. *La distinción. Criterios y bases sociales del gusto*. Barcelona: Taurus
- BUTLER, J. (2004). *Lenguaje, poder e identidad*. Madrid: Síntesis, 2012.
- _____. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2006.
- FOUCAULT, M. (1969). *¿Qué es un autor?* *Colección Textos Mínimos*. México: Universidad Autónoma de Tlaxcala. 1985.
- _____. *El orden del discurso*. México: Facultad de Filosofía y Letras UNAM. Ediciones Populares, 1982.
- _____. *Los anormales*. México: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- GOFFMAN, E. *Estigma: la identidad deteriorada*. Buenos Aires: Amorrortu, 1998.
- KENNARD, J. *Ourselves behind ourselves: A Theory for Lesbian Readers*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1984.
- KOESTENBAUM, W. *Wilde's Hard Labour and the Birth of Gay Reading*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1990.
- MAHMOOD, S. Teoría feminista y el agente social dócil: algunas reflexiones sobre el renacimiento islámico en Egipto, en Liliana Suárez y Rosalva Aída Fernández (eds.), *Descolonizando el feminismo. Teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid: Cátedra, pp. 165-222, 2008.
- RAPISARDI, F. *Identidad, diferencia y desigualdad. Una crítica al debate contemporáneo*. En *Sexualidades migrantes. Género y transgénero*, 2003.
- _____. *Raras teorías del sur. Una experiencia de diversidades y desigualdad político sexual*. En *Orientaciones N°9*. Pp 53-75. 2005.
- SEGATO, R. *Las estructuras elementales de la violencia*. Buenos Aires: Prometeo, 2013.
- SPIVAK, G. *¿Puede el subalterno hablar?* Buenos Aires: El cuenco de plata, 2011.

**Anais do
II Seminário Internacional de Integração Étnico-Racial e as Metas do Milênio**

DISCRIMINACIÓN ÉTNICA EN LOS TRIBUNALES Y EN LA PRENSA DE LA REGIÓN DE LA ARAUCANÍA EN CHILE⁴

ETHNIC DISCRIMINATION IN THE COURTS AND IN THE PRESS IN THE REGION OF LA ARAUCANIA IN CHILE

Dr. Carlos Del Valle Rojas
Dr. Claudio Maldonado Rivera
Mg. Geraldine Iturra Cuevas
Mg. Stefanie Pacheco Pailahual
Mg. Carlos Sáez Figueroa
Mg. Cristian Sanhueza Roa

1.Dr. Carlos Del Valle Rojas. Investigador Proyecto Fondecyt 1120904, Universidad de La Frontera, Facultad de Educación, Ciencias Sociales y Humanidades. Temuco, Chile.

2.Dr. Claudio Maldonado Rivera. Tesista Proyecto Fondecyt 1120904, Universidad de La Frontera, Facultad de Educación, Ciencias Sociales y Humanidades. Temuco, Chile.

3.Mg. Geraldine Iturra Cuevas. Tesista Proyecto Fondecyt 1120904, Universidad de La Frontera, Facultad de Educación, Ciencias Sociales y Humanidades. Temuco, Chile.

4.Mg. Stefanie Pacheco Pailahual. Tesista Proyecto Fondecyt 1120904, Universidad de La Frontera, Facultad de Educación, Ciencias Sociales y Humanidades. Temuco, Chile.

5.Mg. Carlos Sáez Figueroa. Tesista Proyecto Fondecyt 1120904, Universidad de La Frontera, Facultad de Educación, Ciencias Sociales y Humanidades. Temuco, Chile.

6.Mg. Cristian Sanhueza Roa. Tesista Proyecto Fondecyt 1120904, Universidad de La Frontera, Facultad de Educación, Ciencias Sociales y Humanidades. Temuco, Chile.

⁴ Este trabajo corresponde a una síntesis de los resultados finales del Proyecto de Investigación titulado: “Medios de comunicación y poder: discursos de la Prensa y de sujetos adultos de la región de La Araucanía sobre justicia/injusticia en torno al Conflicto Estado-Nación y Pueblo Mapuche”, financiado por el Fondo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico, FONDECYT-Chile, número 1120904.

RESUMEN

Después de años de estudio de la prensa, juicios y especialmente sentencias en los tribunales de la región de La Araucanía, sumado desde luego a la discusiones teóricas correspondientes, me asisten dos convicciones: la imposibilidad ontológica y epistémica de la justicia, y que la tan necesaria como reclamada independencia institucional y formal de los tribunales es menor que la evidente dependencia de las ideologías de las palabras en las sentencias. La tragedia en los tribunales es doble: su exceso de regulación desde el derecho nunca producirá más justicia y su prisión ideológica permanente mediante las palabras que sentencian y devienen en estereotipos, prejuicios y discriminación.

Palabras-clave: Discriminación étnica en los tribunales, la prensa de la región de La Araucanía en Chile, Conflicto Estado-Nación y Pueblo Mapuche.

ABSTRACT

After years of study of the press, judgements and especially rulings in the courts of the region of La Araucanía, certainly added to the corresponding theoretical discussions, two convictions attended by me: the impossibility to ontological and epistemic of Justice, and that the much-needed as claimed institutional and formal independence of courts is less than evident dependence of the ideologies of the words in the sentences. The tragedy in the courts is twofold: its over-regulation from the right will never produce more justice and its permanent ideological prison using

words that sentence and become stereotypes, prejudices and discrimination.

Keywords: Ethnic discrimination in the courts, the press in the region of La Araucanía into Chile, conflict nation-State and Mapuche people.

INTRODUCCIÓN

En este sentido, la sentencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos del 17 de mayo de 2014, a favor de un grupo de dirigentes y activistas del pueblo mapuche, en contra del Estado de Chile (contra el cual se falla por violación a los derechos de los imputados), constituye un hito histórico, al menos en los siguientes sentidos: se reconoce el estatus de los estudios y análisis del discurso (en este caso, de las palabras que son sentencias y devienen estereotipos, prejuicios y discriminación) como pruebas válidas, al menos, por ahora, en los tribunales internacionales; valora el rol del análisis de las discursividades como una forma productiva de crítica social con resultados concretos frente a la supuesta "improductividad" de este tipo de análisis; considera la naturaleza compleja de la discriminación, especialmente desde el lenguaje; supera la comprensión aséptica de los tribunales - dedicados sólo a la inobjetable gestión y administración de la justicia-, porque los reconoce como productores de decisiones que reproducen las ideologías propias del contexto sociocultural y político al cual pertenecen sus productores (jueces); y permite romper con un tipo de estrategia histórica y hegemónica desde los tribunales, basada en el uso de la diferencia como una forma de exclusión discriminatoria.

1. ANTECEDENTES

En síntesis, el peritaje realizado (Del Valle, 2013), muestra tres estrategias empleadas por los tribunales: el uso de expresiones propias de los medios de comunicación, con fuertes cargas valorativas, tanto políticas como morales; la reproducción de estereotipos y prejuicios sociales y culturales sobre las comunidades mapuche, siempre desfavorables a ellas; y la abierta vulneración de derechos mediante el uso de razonamientos discriminatorios.

En la sentencia se considera este peritaje como base de la “Alegada utilización de estereotipos y prejuicios sociales en las sentencias penales internas” (p. 77); destacando en este caso particular que: “[se] hizo un análisis del 'discurso jurídico-judicial' con el fin de determinar la eventual 'existencia de estereotipos, prejuicios y discriminación en las sentencias penales' de las presuntas víctimas de este caso. Al respecto, [se] concluyó que las sentencias 'utilizan expresiones discursivas cuya carga valorativa, moral y/o política, denota la aceptación y reproducción de estereotipos que incluyen fuertes prejuicios sociales y culturales contras las comunidades mapuche y elementos valorativos en pro de la parte acusadora'. [se] indicó que 'una parte importante de la argumentación jurídica' de dichas decisiones judiciales se desprende de 'estereotipos y prejuicios que recaen nocivamente sobre estas comunidades, [...] sin que se desprenda de hechos probados en el proceso'. Además, [se] sostuvo que 'en diversos extractos de las sentencias [...] se] usa[n] argumentos discriminatorios hacia las comunidades mapuche' y que 'en diversas ocasiones se sustentan decisiones jurídicas perjudiciales para miembros o dirigentes mapuche en cadenas de razonamientos que se sustentan, a su vez, en expresiones discriminatorias, estereotipos o prejuicios

preconcebidos, en relación al caso examinado'. [Se] analizó distintos extractos de las sentencias internas que [se] considera 'dejan en evidencia' tal 'asimilación de estereotipos y prejuicios y el empleo recurrente de razonamientos discriminatorios' por parte de los tribunales internos.” (p. 78).

En consecuencia con estos y otros argumentos, la Corte declaró por unanimidad que “El Estado violó el principio de igualdad y no discriminación y el derecho a la igual protección de la ley, consagrados en el artículo 24 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos” (p. 151).

1.1. Desarrollo: La Relación Estado-Nación Y Pueblo Mapuche

a. El discurso de la prensa: El discurso del periódico mapuche Azkintuwe

En el discurso de Azkintuwe existe un fenómeno que opera por negatividad, oposición y/o contradicción respecto a los dispositivos por los cuales la colonialidad ha sido ejercida y se ejerce aún sobre el Pueblo Mapuche. Hemos definido esta estrategia discursiva por medio del término “Decolonialidad como Antagonismo”, apuntando a los discursos que explicitan una lógica significacional-confrontacional ante las prácticas y discursos que desde la autoridad instalan la colonialidad como mecanismo de clasificación y jerarquización de la población (Maldonado, 2014). Esta estrategia opera como rechazo explícito al *modus operandi* de la colonialidad. En el caso concreto de la tematización abordada referida a las prácticas ejercidas por el Estado-nación chileno y el sistema jurídico-judicial en casos que involucran detenciones y enjuiciamiento a personas mapuches en el marco del conflicto la justicia como

parte de la colonialidad es permanentemente enfrentada y resignificada por oposición. Funciona como una dialéctica negativa, sin embargo no es suficiente para proyectar la decolonialidad como praxis por la liberación. Queda encerrada en una lógica oposicional que dentro de un esquema de relaciones interculturales asimétricas no aporta lo suficiente para concretar un proyecto de liberación. Ingresamos a un juego *ad infinitum* en que el sistema es cuestionado, pero no transformado.

Una segunda estrategia, complementaria a la anterior, es aquella que hemos denominado "Decolonialidad por Autonomía", la cual abre posibilidades de reflexión que nos parecen son más vinculantes y pertinentes a la decolonialidad como praxis y proyecto de liberación (Maldonado, 2014). Mientras la estrategia "Decolonialidad como Antagonismo" funciona como crítica a la colonialidad desde la negación de la misma, la "Decolonialidad por Autonomía" es la proyección de la exterioridad - del sujeto subalternizado- como horizonte legítimo y alternativo de ser, en tanto afirma la mismidad para dar vuelo a una utopía fundada en múltiples posibilidades de pensar la totalidad del sistema mundo, las que han sido negadas e inexistentes para la modernidad/colonialidad. En la afirmación del excluido, del oprimido, del sujeto de la diferencia colonial subalternizada se despliega un discurso que resignifica los sistemas de representación que nos habitan, los modos de comprensión que nos rigen, las prácticas de interrelación con nuestro entorno, el modo en que otorgamos valor a verdades y saberes contruidos desde un locus de enunciación construido como referencia universal. El caso de Azkintuwe es una muestra de estas voces disidentes, disruptivas, creativas que buscan significar el mundo para resignificarlo, irrumpiendo la normalidad colonial por medio de hermenéuticas pluritópicas -en palabras de

Anais do

II Seminário Internacional de Integração Étnico-Racial, 2015, Vol. 1, Nº 2

Mignolo (2003)- capaces de poner en jaque a la colonialidad y sus repertorios semióticos.

Azkintuwe en la red digital es un proyecto decolonial en curso, enfrentado a la colonialidad del mundo global y el Estado-nación chileno y promoviendo un nuevo escenario de relaciones interculturales fundadas en el reconocimiento y validación de la diferencia etnocultural. Azkintuwe es un periódico digital que comunica desde la diferencia, interviniendo la semiosfera colonial a partir de la confrontación de sentidos y la propuesta de legitimar la identidad del excluido por medio de la validación y autoafirmación del ser como otredad. Los discursos analizados de Azkintuwe se enfrentan a la colonialidad del Estado-nación chileno y el sistema jurídico-judicial resignificando la noción de justicia, configurada dentro de la modernidad/colonialidad como dispositivo de control y disciplinamiento de la población. De la justicia como acto punitivo, se piensa la justicia como reconstrucción del marco de relaciones interculturales entre el Estado-nación chileno y el Pueblo Mapuche, enfatizando en la necesaria ruptura del modelo político-administrativo fundado en los relatos de la nación como unicidad y la pertenencia con la nación como máxima ética de los sujetos que habitan sus límites geopolíticos e imaginarios.

El análisis ha permitido observar una compleja estructura de significación respecto al tratamiento de la justicia/injusticia en el marco del conflicto entre Estado-nación y Pueblo Mapuche. Compleja, porque se evidencia una clara resignificación de estos conceptos en función del locus de enunciación desde el cual están siendo manipulados. Toda aplicación de justicia efectuada desde la institucionalidad hegemónica -entiéndase sistema jurídico-judicial y Estado-nación- es propuesta en términos de injusticia, respaldándose en factuales (aplicación ley antiterrorista,

www.eniac.com.br
ojs.eniac.com.br

procedimientos judiciales irregulares, informes internacionales en materia de Derechos Humanos) y evidenciando estrategias narrativas, discursivas, relaciones logico-semióticas y relaciones tetralémicas diversas en su estructuración. La justicia se convierte así en un dispositivo de la colonialidad que se ejerce sobre el Pueblo Mapuche en el marco del conflicto. El mapuche es clasificado como un enemigo de la nación chilena, un terrorista, que debe ser juzgado y sentenciado. Sin embargo esta lógica es confrontada y resignificada en los discursos de Azkintuwe. Ahora bien, cuando la justicia es contruida desde el eje de la decolonialidad, el tópico adquiere sentidos asociados a las prácticas de liberación que efectúa el Pueblo Mapuche para combatir la colonialidad. En este sentido, la justicia se somete a una semiosis alternativa respecto a su diseño como norma/colonial. La justicia se presenta con un tópico asociado a la reivindicación (y no al delito), a la autonomía (y no al terrorismo), al diálogo intercultural (y no al multiculturalismo racial) y a la pluriversalidad como opción (y no al universo colonial que habitamos).

En los textos analizados se observó que para el discurso construido por el periódico, ser mapuche es sinónimo de ser discriminado, en el sentido de ser reconocido como identidad aparte de la chilena. Es decir, para el Azkintuwe el chileno, con una identidad distinta a la propia –mapuche-, reconoce al mapuche como otro diferente, pero de manera negativa, discriminándolo y segregándolo. Ahora bien, y respecto al autorreconocimiento como un sujeto distinto al otro –en este caso, al chileno- es de manera positiva, porque se resaltan valores como la heroicidad o la resistencia. En el discurso periodístico configurado por el periódico Azkintuwe también se puede apreciar una posición de poder de victimización del mapuche frente a un Estado chileno que viola la ley de igual

libertad, que asegura un trato equitativo e integrador en la sociedad, por tanto, de esta manera se ejerce una violencia pasiva psicológica de un trato desigual, pero también una violencia física.

Así también, es posible identificar una posición de poder de heroicidad, lucha y resistencia en torno al mapuche que es consecuente y constante en su lucha de territorio y derechos.

En este sentido, según el discurso mediático del medio, para que exista justicia, debe existir un castigo en caso de hallar a los culpables de los delitos, y en el caso de no aplicarse dicha sanción, es porque entonces se asume de inmediato que no hay justicia, o sea, injusticia.

Ya hemos planteado anteriormente que según el imaginario configurado por el periódico Azkintuwe respecto a la justicia, ésta es insatisfactoria, y genera desconfianza y descontento entre miembros del pueblo mapuche.

b. El discurso de la prensa: El discurso del diario El Austral de La Araucanía

El diario *El Austral de La Araucanía* utiliza la tribuna del género de opinión, en este caso, sus editoriales, para criticar, cuestionar y sugerir con respecto al conflicto mapuche en La Araucanía. Es así, que este periódico regional se ha encargado de construir socioimaginariamente al Pueblo Mapuche como una etnia conflictiva, la cual, no busca caminos de diálogo.

Al revisar minuciosamente cada texto (editoriales) se hace una clara mención al Pueblo Mapuche como una cultura que no busca el diálogo, ni el consenso, privilegiando muchas veces la violencia extrema para exigir sus demandas. Lo anterior se manifiesta claramente cuando este periódico, en

reiteradas oportunidades, a través de sus editoriales, comenta con exactitud y detalle cada hecho de violencia que se vive en La Araucanía, como por ejemplo; quema de camiones en la carretera, toma de predios, quema de viviendas y casas patronales, violencia contra propietarios de los terrenos, entre otros.

Estadísticamente, podemos afirmar que del 100% de las editoriales revisadas para esta muestra, en un 80% por ciento encontramos argumentos y relatos con muchos detalles de los diferentes atentados que agricultores ha sufrido en zona. Existe una interpelación de este medio al Estado, al gobierno de turno, a la clase política, a los agricultores y a los propios mapuches, por no sentarse a conversar sobre el futuro que todos estos sectores quieren para la región, dejando atrás diferencias tanto ideológicas como políticas.

En esta construcción socioimaginaria, *El Austral de La Araucanía*, a través de sus editoriales apela a un discurso reflexivo por el futuro de la región, esto porque, el denominado conflicto mapuche en esta zona, ha provocado la notoria baja en las cifras de producción económica, todo ello, se debe a la inseguridad que presenta esta región del país en determinados sectores y lugares, provocando, que La Araucanía esté por debajo de los índices de producción, lo que conlleva mayor cesantía e inestabilidad laboral para la zona.

El medio de comunicación presenta al Pueblo Mapuche, en gran parte de sus relatos, como un pueblo violento, no abierto al diálogo, el cual utiliza la intimidación en su bandera de lucha por la reivindicación de tierras. Es más, esta violencia e intranquilidad social, ha producido que emprendedores de la zona (agricultores, dueños de tierras) no inviertan en la región por temor al clima sin paz que se viven en La Araucanía. Además, se plantea que la entrega de

tierras al Pueblo Mapuche va a generar un retraso enorme para la producción agrícola en la región, ya que éstos, no poseen ni los recursos, ni los conocimientos y mucho menos la experiencia para trabajar la tierra desde una mirada más capitalista (producción al por mayor y entrega de productos a nivel nacional e internacional).

Otro de los imaginarios sociales que nos encontramos en estos discursos de opinión, tiene relación a la estigmatización que existe de determinados lugares (comunas) en La Araucanía, entre ellos; Ercilla, Collipulli y Chol – Chol. Esto, en gran parte se debe a que los hechos violentos (quema de viviendas, maquinarias) han ocurrido en estas zonas, lo cual, genera en la ciudadanía un clima de desconfianza y prejuicios, estigmatización que han tenido que sobrellevar, lo que ha provocado pobreza y cesantía en estos lugares. Por otra parte, en los discursos de opinión de este medio de comunicación se utiliza el término de “el mundo mapuche”, segregando claramente entre ciudadanos mapuches y no mapuches, presentando a una cultura ajena, la cual, nos evoca a una etnia conflictiva, terrorista y no abierta del diálogo.

Otro de los términos que en reiteradas oportunidades sale a la palestra al momento de abordar el conflicto mapuche es “encapuchados armados”, un concepto que designa a grupos manifestantes que expresan su descontento a través de la violencia a cara cubierta. Dicho término es utilizado en la mayoría de los relatos de opinión del *Diario El Austral*, lo que provoca en la opinión pública temor e incertidumbre, ya que existe un grupo terrorista que lucha por la reivindicación de tierras utilizando la extrema violencia.

Otro de los imaginarios sociales que encontramos tiene relación a la región de La Araucanía, una zona que para el resto del país es un

lugar donde reina la intranquilidad social, la violencia y el conflicto, producto de la reivindicación Mapuche, etnia que no se siente parte de Chile y que lucha constantemente por la preservación de su cultura.

Para los discursos de opinión del Diario El Austral, los hechos y la significación que estos tienen son fundamentales, ya que por medio de estos relatos se hace una clara asociación entre lo que se hace (hechos de violencia) y el sentido que esto provoca (clima de intranquilidad social) en la ciudadanía. Por ello, en gran parte de estos relatos, encontramos que la pobreza en La Araucanía se debe, según este medio, al conflicto mapuche, porque éstos no trabajan la tierra. De la misma manera, encontramos discursos que apoyan la estigmatización en las zonas de conflicto, debido a que estos lugares continúan cercenados productivamente.

c. El discurso de los sujetos: Redes semánticas en hombres y mujeres de nivel socioeconómico medio y bajo en Temuco

En una primera fase se trabajó con las redes semánticas. Este artículo pretende mostrar los resultados de la aplicación de una investigación usando las redes semánticas naturales en estudiantes de dos carreras de la Universidad de La Frontera para conocer las representaciones sociales que tienen respecto al denominado conflicto Estado chileno-Pueblo Mapuche usando cuatro frases-estímulo. Los resultados indican que existe una percepción de la situación en la que se resalta la situación de conflicto, con una mirada muy negativa con respecto al gobierno, el sistema judicial, y los medios de comunicación. Se discute las implicancias para el futuro desempeño profesional de estos estudiantes en caso de

desenvolverse en un contexto laboral de intervención directa o indirecta en este conflicto.

Este estudio buscó sentar las bases para iniciar un debate serio e informado respecto a las representaciones sociales del conflicto Estado chileno-Pueblo Mapuche. Si bien presenta una serie de limitaciones (tamaño de la muestra, ubicación geográfica muy focalizada, todos los participantes provienen de la misma Universidad), es de esperar que permita dar pie a estudios más complejos respecto al tema, y especialmente lleve a la discusión respecto a la sociedad que queremos ser, y cómo podemos llegar a serlo. Si bien este conflicto es emblemático en Latinoamérica por su duración y relativa estabilidad a través del tiempo, está lejos de constituir una anomalía. Las comprensiones que nuestras sociedades han construido respecto a sus pueblos originarios han cambiado en las últimas décadas. Resulta imprescindible conocer las representaciones que se ha hecho de ellos, y que las políticas públicas respondan a las demandas de la ciudadanía en ese sentido.

d. El discurso de los sujetos: Las representaciones sociales en hombres y mujeres de nivel socioeconómico medio y bajo en Temuco

Para conocer las representaciones sociales sobre la relación entre el Estado y el Pueblo Mapuche en hombres y mujeres de la ciudad de Temuco, se aplicó una entrevista a una muestra de 80 adultos entre 25 y 35 años, agrupados según género, etnia (mapuche/no mapuche) y clase social.

Se aplicaron diferentes instrumentos de análisis del discurso para detectar el argumento que sostiene el discurso de cada sujeto junto con los macrodiscursos ideológicos que habita. Estos

instrumentos distinguieron las siguientes categorías: “rol medios de comunicación”; “Justicia/injusticia”; “relación Estado-Pueblo mapuche”; “Pueblo mapuche”; “actuación policial”. Los resultados muestran una concepción negativa generalizada tanto de la actuación de las instituciones estatales como de la labor informativa de los medios de comunicación al tratar con el pueblo mapuche. También se detecta un discurso mayoritario que reconoce injusticias históricas por parte del Estado hacia el pueblo mapuche. Esta investigación es parte de un proyecto de 3 años financiado por el Fondo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico de Chile, Fondecyt número 1120904.

Para conocer las representaciones sociales sobre la relación entre el Estado y el Pueblo Mapuche en hombres y mujeres de la ciudad de Temuco, se aplicó una entrevista en profundidad a una muestra de 40 adultos entre 25 y 35 años, conformada por un total de 8 grupos de cinco personas agrupadas según el género, la pertenencia o no a la etnia mapuche y la clase social (media o baja). Se aplicaron diferentes instrumentos de análisis del discurso y se distinguieron las siguientes categorías: “Pueblo mapuche”; “rol medios de comunicación”; “Justicia/injusticia”; “actuación policial”; y “relación Estado-Pueblo mapuche”. Los principales resultados arrojados muestran una concepción negativa generalizada tanto de la actuación de las instituciones estatales como de la labor informativa de los medios de comunicación a la hora de tratar con el pueblo mapuche. También se detecta un discurso mayoritario que reconoce injusticias históricas por parte del Estado hacia el pueblo mapuche.

El desarrollo regional debe procurar un crecimiento más equilibrado de los distintos ámbitos de la vida social. Así, los aspectos culturales en este contexto son centrales, allí los discursos de género, los

roles que desempeñan mujeres y hombres en la sociedad constituyen un eslabón fundamental para cimentar la calidad de vida de los habitantes de la zona, acorde a los valores democráticos e igualitario en boga en la cultura chilena (De Laudetis, 1989).

La cotidianidad que viven las mujeres y hombres en la sociedad es el resultado de un modo de ver la realidad en la que la subjetividad participa de las representaciones sociales. Por un lado, lo cotidiano, como el subtexto del tejido de las acciones sociales, implica una relación del sujeto con sus representaciones. Berger y Luckman (1997), entienden la cotidianidad como el producto de un trabajo de determinaciones compartidas de lo que establecemos como la realidad y una vez hecho, deviene la realidad objetiva (da) en la que nos movemos. Lo cotidiano son siempre vivencias para un sujeto, que le asigna un significado de acuerdo al código de su colectivo o sociedad. Lo cotidiano es significado como "en casa" donde no hay incertidumbre. Y por otro, el concepto de "norma" se entiende como una convención social que pretende regular la conducta de los sujetos. Es decir un parámetro que por ende, determina dicha conducta en un momento dado y espacio específico. La norma ha sido relacionada con el comportamiento prosocial, o por lo menos, uno de sus objetivos es instaurarlo en el sujeto como componente de su socialización (Cáceres, 2002).

Los resultados de la actual investigación provienen de la realidad nacional y de la realidad regional en que vive la sociedad chilena en su conjunto. La lectura que se tiene sobre el conflicto Estado-Nación y Pueblo Mapuche proviene exactamente de la realidad co-construida por el Estado y por los medios de comunicación nacionales. Lo que da paso a la construcción de representaciones sociales en cada individuo.

Cada situación de violencia vista en actos de reivindicación de derechos indígenas y/o las mostradas por los medios de comunicación genera en las personas una impresión de rechazo tanto a la violencia misma, como a los temas y sujetos involucrados en el conflicto.

Los estilos de ejercer la violencia han evolucionado en la actualidad. Históricamente el conflicto del Pueblo Mapuche ha estado presente en la realidad nacional, pasando de un conflicto de tierras, a un conflicto de Estado. Es así que la percepción actual que se tiene de la violencia puede entenderse desde esta realidad histórica y construida.

En los resultados se aprecia que los sujetos en general tienen una visión negativa del Pueblo Mapuche, cuyos argumentos apuntan violencia a la que recurren estos para lograr sus demandas. Es interesante observar cómo esta concepción no sólo proviene de personas no mapuches sino que también de personas mapuches.

El rol que juegan los medios de comunicación en esta percepción es relevante al momento de observar cómo estos dan tratamiento a las noticias relacionadas con el conflicto, es decir, el tiempo que dedican, las imágenes que destacan y los discursos que validan públicamente. Sin embargo también existen las imágenes no mostradas y los discursos opacados.

Es interesante además, el contraste existente entre las representaciones que se tienen sobre la policía y la institución policial, siendo ésta en muchos casos la causante de la violencia en las zonas de conflicto. Los discursos se centran en: (a) el poder que tiene la institución sobre el actuar de cada policía, librando a estos de la responsabilidad individual de actos violentos, abuso de poder y de transgresiones a los derechos de las personas; (b) en como la policía es autora y responsable de generar e incentivar la

violencia; y (c) cómo la policía es víctima de la violencia ejercida por mapuches. Como estos discursos son compartidos entre personas mapuches y no mapuches, se evidenció por un lado, el grado de compromiso de mapuches con las demandas indígenas y por otro el interés o desinterés de la temática indígena nacional por parte de no mapuches.

Sobre las representaciones centradas en los temas justicia e injusticia, se observa como mapuches y no mapuches apuntan a que la solución al conflicto indígena depende del Estado y no de la justicia como institución. Sin embargo, el tratamiento discursivo de gran parte de los conflictos mediatizados muestran cómo los actos de reivindicación son resumidos a un acto vandálico donde existen dos bandos: la policía, quien debe resguardar el orden y la paz, y los mapuches, quienes son los generadores de los disturbios y que deben ser controlados para que se restaure la tranquilidad. Dicho estado de tranquilidad debe ser logrado, tanto en la vida de las personas involucradas (ambos bandos), como en la vida de las personas no involucradas que de alguna manera se ven dañadas: vecinos, transeúntes, dueños de tierras, empresarios, trabajadores y telespectadores. Personas que dependiendo de su grado de adhesión a las causas del Pueblo Mapuche o a las del Estado, van socializando sus representaciones sobre el conflicto en sus relaciones sociales como en la familia, por lo tanto es en este proceso donde los medios de comunicación avalados por el Estado validan determinada información para ser compartida y luego socializada por quienes la aceptan como realidad.

Si se considera la adhesión a una causa ideológica y/o política como la aceptación de una realidad construida por determinados actores portadores de información, verdades y promesas, el trasfondo social del conflicto se puede acotar a que

mientras más adeptos logre la causa mediatizada del Estado (bienestar, tranquilidad, orden, paz), menos seguidores tendrá la causa mediatizada mapuche (pobreza, rebeldía, terrorismo, violencia).

Se puede señalar que en el caso del discurso de la prensa, los periodistas escriben relatos “con su estructura, su orden, su punto de vista, sus valores. Los medios modelan, a la vez que reflejan la configuración y la expresión de la cultura, la política, la vida social” (De Fontcuberta y Borrat, 2006). Y, efectivamente, como consecuencia de lo anterior y si consideramos los elementos propios del proceso de producción y consumo, como las rutinas periodísticas, la estética del lenguaje multimodal y la apropiación del contenido mediático por las audiencias, “la noticia se transforma de esta manera en una tecnología, no sólo cognitiva, sino productora de lo real: es historia que crea historia” (Sodré, 1998).

ALGUNAS CONSIDERACIONES FINALES

A través de los medios, el Estado crea una imagen, un estereotipo, una representación del indígena que no es acorde con una sociedad de bienestar, más bien es una imagen que acerca al indígena a la barbarie, al estancamiento del progreso económico, a la pobreza, a la violencia desmedida e irracional, concepción que no es compatible con los valores de una democracia. Esto genera de cierta manera, una representación negativa de las personas mapuches (discriminación directa e indirecta por parte de la sociedad en general) y una idea de orden y seguridad (bienestar y tranquilidad nacional) que estos alteran.

Es una realidad, que ninguna persona está de acuerdo con las muertes de policías en servicio, asimismo nadie está de acuerdo con la muerte de

personas mapuches. Sin embargo, el nivel de violencia policial y la militarización de sectores en conflicto sólo han demostrado la incapacidad de los distintos gobiernos de resolver de manera política y social una larga historia de injusticias y transgresión a los derechos humanos.

La gravedad del asunto es que la justicia (en tanto institución) no puede garantizar la justicia (como promesa y utopía) ni cualquier forma de verdad que no sea una tautología o tecnicismo; y, en consecuencia, lo único que debe garantizar, a saber el trato igualitario y no discriminatorio ante la ley, no lo hace. Por lo tanto, no queda más que infraestructura y burocracia.

Producir una sentencia nunca ha sido ni podrá ser un acto fuera de las condiciones ideológicas de la palabra y el sentido que desde ellas queremos otorgar a la realidad social y cultural en la cual y desde la cual se actúa. La realidad jurídico-judicial no es menos ideologizada que cualquier otro tipo de realidad construida socialmente. Por esta razón, el principal argumento es el derecho mismo (del tipo: "la ley lo establece así", "es el Estado de derecho", etc.), pero como éste ha sido social y políticamente construido en algún momento histórico (prueba de ello es su particularidad y modificaciones constantes según los distintos contextos) no es más que la conformación de una prisión desde el lenguaje, lo cual queda de manifiesto por el cada vez mayor descreimiento en el cual se encuentra la justicia en la sociedad; y la justicia no es más ni menos que la promesa, la utopía del "Estado de derecho", siempre pretendido y nunca logrado. Por lo mismo, la sociedad, a través del sentido común, muy lógico por lo demás, considera que no siempre a más derechos y leyes hay más justicia, sino que al contrario, parece haber menos justicia. En este escenario, los tribunales se especializan en producir juicios desde el derecho, pero no justicia. Nunca ha sido así.

REFERENCIAS

- BERGER, P. y Luckmann, T. (1997). *La construcción social de la realidad*. Buenos Aires: Amorrortu.
- CÁCERES, N. (2002). *Representaciones sociales de la violencia y el conflicto en habitantes de la Comuna Uno de la ciudad de Santiago de Cali*. Pensamiento Psicológico. Pontificia Universidad Javeriana Cali. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. ISSN 1657-8961. Corte Interamericana de Derechos Humanos
- DE FONTCUBERTA, M. y Borrat, H. 2006: “Periódicos: Sistemas Complejos, Narradores en Interacción” Buenos Aires: La Crujía
- DE LAUDETI, T. (1989). *Tecnología de Género. Essays on Theory, Film and Fiction*, London, Macmillan Press.
- DEL VALLE, C. (2013). “Peritaje analítico-discursivo sobre las evidencias de estereotipos, prejuicios y discriminación en los Tribunales de la Región de La Araucanía, Chile”, informe inédito, solicitado por la Federación Interamericana de Derechos Humanos para ser presentado a la Corte Interamericana de Derechos Humanos, Chile.
- DEL VALLE et al. (2012-2015). “Medios de comunicación y poder: discursos de la Prensa y de sujetos adultos de la región de La Araucanía sobre justicia/injusticia en torno al Conflicto Estado-Nación y Pueblo Mapuche”. Proyecto financiado por el Fondo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico, FONDECYT, número 1120904. Chile.
- ITURRA, G. (2015). “Construcción de la noción justicia/injusticia en el discurso mediático del periódico Azkintuwe en el período 2003-2011”, Tesis de Magister en Ciencias de la Comunicación, Universidad de La Frontera.
- MALDONADO, C. (2014). “Decolonialidad en las redes virtuales: El caso de Azkintuwe”, Tesis de Doctorado en Comunicación y Periodismo, Universidad Autónoma de Barcelona.
- PACHECO, S. (2015). “El imaginario social de la justicia en los diarios fundacionales de la Región de La Araucanía. La construcción de mito de La Araucanía”, Tesis de Magister en Ciencias de la Comunicación, Universidad de La Frontera.
- SÁEZ, C. (2013). “Imaginarios sociales sobre justicia/injusticia en torno al “conflicto estado-nación y pueblo mapuche” en las editoriales del diario El Austral de La Araucanía durante 2003 -2011”, Tesis de Magister en Ciencias de la Comunicación, Universidad de La Frontera.
- SANHUEZA, C. (2014). “Representaciones sociales sobre la relación estado-nación y pueblo mapuche en hombres y mujeres de Temuco”, Tesis de Magister en Desarrollo Humano Local y Regional, Universidad de La Frontera.
- SODRÉ, M. (1998). *Reinventando la cultura: la comunicación y sus productos*, Barcelona: Gedisa.

Anais do

II Seminário Internacional de Integração Étnico-Racial e as Metas do Milênio

NOTAS SOBRE LA NUEVA LEY GENERAL PARA LA ATENCIÓN Y PROTECCIÓN A LAS PERSONAS CON LA CONDICIÓN DEL ESPECTRO AUTISMO

Notes On The New General Law For The Care And Protection To The People With The Condition Of The Autism Specytrum

Dr. Israel Tonatiuh Lay Arellano

Israel Tonatiuh Lay Arellano. Dr. Instituto de Gestión del Conocimiento y Aprendizaje en Ambientes Virtuales. Universidad de Guadalajara. México

RESUMEN

El 19 de marzo de 2014, la diputada federal Paloma Villaseñor Vargas presentó la Iniciativa de Ley General para la Atención a Personas con Trastornos del Espectro Autista en México. Casi un año después, el 5 de marzo de este 2015, se aprobó el dictamen de la Ley General para la Atención y Protección a Personas con la Condición del Espectro Autista, por unanimidad de

384 votos. Dentro del proceso legislativo, la Minuta fue enviada al Senado de la República, donde se recibió el 10 de marzo, siendo turnada a las Comisiones de Atención a Grupos Vulnerables y de Estudios Legislativos. En esta etapa, el Senado aprobó la minuta como cámara revisora el 26 de marzo y finalmente fue promulgada por el Presidente de la República y publicada el 30 de abril del presente año, entrando en vigor al día siguiente.

Palabras-clave: Ley General, Estudios Legislativos, Personas con Trastornos del Espectro Autista

ABSTRACT

On 19 March 2014, the federal deputy Dove Villaseñor Vargas presented the initiative of General Law for the care of persons with autism spectrum disorders in Mexico. Almost a year later, on March 5 of this 2015, the General Law adopted the opinion for the Protection and Care to people with the condition of the autistic spectrum, by a unanimous vote of 384 votes. Within the legislative process, the memorandum was sent to the Senate of the Republic, where he received the March 10, being formed to commissions of attention to vulnerable groups and Legislative Studies. At this stage, the Senate passed the memorandum as camera reviewing the March 26 and was finally promulgated by the President of the Republic and published on April 30 of this year, entering into force the following day.

Keywords: General Law, Legislative Studies, people with autism spectrum disorders

INTRODUCCIÓN

La Ley General para la Atención a Personas con Trastornos del Espectro Autista en México contiene 18 artículos repartidos en cuatro capítulos: Disposiciones generales, De los derechos y obligaciones, De la Comisión Intersecretarial, y las Prohibiciones y sanciones; además de seis artículos transitorios.

¿Por qué era importante contar con una ley específica para las personas con autismo más allá de la Ley General para la inclusión de las Personas con

Discapacidad? Porque si bien el concepto de discapacidad alude a la situación clínica que por definición tiene el autismo (que señalamos más adelante), la discapacidad, desde una perspectiva más amplia, es un concepto que conlleva una carga ideológica, lo cual incluso ha hecho que las personas con autismo se vuelva un grupo discriminado dentro de los discriminados “por no encajar con la idea coloquial de la discapacidad”.

Sin duda, la Ley General para la Atención y Protección de las Personas con Condición del Espectro Autista será de sumo interés para esta población.

Aunque desde nuestra perspectiva la ley debería afirmar no sólo los derechos humanos de estas personas sino también sus derechos como una minoría cultural, de entrada el texto aprobado es un avance, aunque habría que considerar los siguientes puntos:

1. LA FRACCIÓN XII DEL ARTÍCULO 3

Define a las personas con la condición del espectro autista como “todas aquellas que presenten una condición caracterizada en diferentes grados de dificultad en la interacción social, en la comunicación verbal y no verbal y en comportamientos repetitivos”. Sin embargo creemos que la definición debe estar de acuerdo a las convenciones y manuales oficiales en la materia. Al respecto, el manual de la *Clasificación Internacional de Enfermedades* (CIE), publicado por la Organización Mundial de la Salud (OMS) en su décima versión (CIE-10) define al autismo dentro de los Trastornos del Desarrollo Psicológico, mientras que el manual de la Asociación de Psiquiatría

Americana (APA), el *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, en su quinta edición (DSM-V), lo clasifica como un Trastorno del Neurodesarrollo.

2. EN EL ARTÍCULO 9

Donde se señalan los ordenamientos que se podrían aplicar supletoriamente, faltan la Ley Federal para Prevenir y Eliminar la Discriminación y la Ley General para la Inclusión de las Personas con Discapacidad.

3. SI BIEN LAS FRACCIONES IX Y X DEL ARTÍCULO 10

Hacen alusión a la educación, no se señala la obligatoriedad de las instituciones educativas regulares tanto públicas como privadas, de matricular a los niños, niñas y jóvenes con esta condición, al contrario, la fracción IX podría ser interpretada como condicionamiento a sus capacidades y potencialidades; mientras que en la fracción X podría entenderse que sólo la educación especial es el camino o el mecanismo para posteriormente incorporarse a la educación regular.

4. EN LA INTEGRACIÓN DE LA COMISIÓN INTERSECRETARIAL

No está presente como invitado permanente el Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (Conacyt),

lo cual sería congruente con el objetivo de llevar a cabo investigaciones en diversas áreas sobre esta temática.

5. AUNQUE SE MENCIONA AL SECTOR SOCIAL

La minuta no señala explícitamente su forma de participación e incidencia.

Estas “faltas” podrían subsanarse en el Reglamento de la ley, cuya redacción le corresponde al Ejecutivo Federal y éste cuenta con 180 días para su expedición a partir de la entrada en vigor de la Ley. Este puede ser el momento adecuado para que las diferentes organizaciones interesadas y expertas en la temática aporten precisiones de acuerdo a las experiencias diarias con personas con autismo. Lo anterior permitiría contar con un documento mucho más cercano a la realidad y que desde un inicio de respuesta firme a las exigencias que han expresado desde hace algunos años las familias de personas con autismo, profesores de educación básica y terapeutas.

Así mismo, queda en el tintero la discusión sobre la dilución de la categoría de *Síndrome de Asperger*, en el DSM-V, ya que según este manual se consolida el Trastorno de Espectro Autista al considerar como un “único continuo de alteraciones”, yendo de leve a grave, esto es, que ahora en la nueva clasificación de este manual el *Síndrome de Asperger* y los *Trastornos generalizados del desarrollo*, ahora forman parte del diagnóstico del Espectro autista, sólo teniendo características diferentes en los dominios de comunicación social y de conductas o intereses

restringidos o repetidos, pero ya no trastornos diferentes. Lo anterior pareciera cerrar de tajo, desde las ciencias médicas, otra discusión todavía necesaria, la de conceptualizar este espectro como una condición y no como un trastorno, lo que permitiría una definición más filosófica, antropológica y sociológica, en otras palabras, más humana.

ALGUNAS CONSIDERACIONES FINALES

Finalmente, fuera de los aspectos meramente legislativos, el 11 de mayo apareció una nota en un diario de circulación nacional en México que señalaba que "200 organizaciones de la sociedad civil" le solicitaban a la CNDH que interpusiera una demanda de inconstitucionalidad en contra de la ley por violentar la Convención de los Derechos Humanos de las Personas con Discapacidad, pero ¿Quiénes son estas organizaciones? ¿Por qué no alertaron de la supuesta violación antes de la promulgación de la ley? Irónicamente estas organizaciones de la "sociedad civil" jamás entablaron ningún diálogo con las que se dedican a la atención de las personas con Condiciones de Espectro Autista, las cuales avalaron y siguen avalando esta ley.

REFERENCIAS

- CLIMA. (2013). ¿Qué son los Trastornos del Espectro Autista? Consultado en: www.clima.org.mx, 18 de febrero de 2014.
- DIARIO OFICIAL DE LA FEDERACIÓN. (2005). Ley Federal de las Personas con Discapacidad. 10 de junio de 2005, México, D.F.
- _____. (2011). Ley General de Inclusión de las Personas con Discapacidad. 30 de mayo de 2011, México, D.F.
- _____. (2015). Ley General para la atención y protección a Personas con la Condición del Espectro Autista. 30 de abril de 2015, México, D.F.
- GUNTOIGLICH. G. & Wettengel. L. (2009). Patologías actuales en la infancia. Bordes y desbordes en la clínica y educación. Noveduc: Buenos Aires.
- PEREZCANO, D. (2007). Los tratados internacionales en el orden jurídico mexicano, consultado en <http://revistas.unam.mx/index.php/amdi/article/download/16024/0>, 5 de agosto de 2014.
- VILLASEÑOR. P. (2014). Iniciativa de Ley General para la Atención y Protección a Personas con Trastornos del Espectro Autista. Gaceta Parlamentaria. Año XVII. Número 3984-III. 19 de marzo de 2014.

**Anais do
II Seminário Internacional de Integração Étnico-Racial e as Metas do Milênio**

LA EDUCACIÓN INCLUSIVA DE ALUMNOS MIGRANTES CENTROAMERICANOS EN EL MUNICIPIO DE TAPACHULA, CHIAPAS. EXPERIENCIAS DOCENTES

*Inclusive Education Of Central American Migrant Students In The
Municipality Of Tapachula, Chiapas. Teaching Experiences*

Mauricio Zacarías Gutiérrez

Mauricio Zacarías Gutiérrez - Universidad Autónoma de Chiapas. México

RESUMEN

Se plantea un análisis del acceso a la educación que tienen los menores inmigrantes centroamericanos en la parte de la Frontera Sur del estado de Chiapas, México. Se hizo uso de la metodología fenomenológica desarrollada por Van-Manen referida por él, como el estudio de la experiencia vivida; la técnica utilizada fue la entrevista a profundidad cuyos resultados se triangularon con un cuestionario cualitativo, ambos instrumentos se aplicaron a profesores seleccionados de seis escuelas diferentes.

Palabras-clave: educación inclusiva, alumnos migrantes centroamericanos, Experiencias docentes.

ABSTRACT

There is an analysis of access to education that the smaller Central American immigrants have on the part of the southern border of the State of Chiapas, Mexico. Use of the phenomenological methodology developed by Van-Manen referred to by him, as the study of the lived experience; the technique used was the interview in depth results are triangular with a qualitative questionnaire, and both instruments were applied to selected teachers from six different schools

Keywords: inclusive education, Central American migrant students, teaching experiences.

INTRODUCCIÓN

Un análisis del acceso a la educación que tienen los menores inmigrantes centroamericanos en la parte de la Frontera Sur del estado de Chiapas, México. Se hizo uso de la metodología fenomenológica desarrollada por Van-Manen referida por él, como el estudio de la experiencia vivida; la técnica utilizada fue la entrevista a profundidad cuyos resultados se triangularon con un cuestionario cualitativo, ambos instrumentos se aplicaron a profesores seleccionados de seis escuelas diferentes.

El análisis de la información obtenida a través de lo expresado por los docentes, se constituyó en las siguientes categorías:

- a) a) El acceso y permanencia de los alumnos migrantes en la escuela, los cuales se muestran como contradictorios;
- b) b) la experiencia de la formación continua del docente, la cual se plantea como incipiente pero significativa para reconceptualizar la propia práctica;
- c) c) La experiencia de atención a alumnos provenientes de Centroamérica muestra las reconfiguraciones constantes de la práctica docente orientadas hacia su inclusión; y
- d) d) El quehacer docente vivido, y su incidencia en la inclusión educativa de alumnos migrantes.

1 - CONTEXTUALIZACIÓN

Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos; Ley de migración; Ley general de Educación.

El binomio educación y migración representa, para los migrantes en México, una serie de derechos humanos y sociales enfocados a su bienestar. El derecho a la educación básica para la población migrante, es el centro de atención de este trabajo, específicamente la enfocada a la educación primaria ubicada en el espacio fronterizo del sureste mexicano.

2 - OBJETIVO DE LA INVESTIGACIÓN

Analizar las experiencias de los docentes ante la educación inclusiva de alumnos provenientes de Centroamérica inscritos en escuelas primarias del municipio de Tapachula, Chiapas, México; con el fin de plantear aspectos positivos y negativos relevantes a tomar en cuenta por las autoridades educativas, así como una mayor y mejor atención a la formación de docentes para el trabajo en contextos de diversidad cultural.

3 - METODOLOGÍA.

La estrategia metodológica utilizada fue el método fenomenológico de Van Manen. Dentro de las técnicas utilizadas en la investigación están, la entrevista a profundidad y el cuestionario cualitativo.

Los sujetos que participaron en el estudio son profesores y profesoras que laboran en escuelas ubicadas en el municipio de Tapachula, Chiapas.

Las características que se consideraron para que participen fueron: tener tres años de servicio mínimo en el plantel educativo donde estén inscritos alumnos inmigrantes de Centroamérica; tener

mínimo 10 años de servicio docente, estar en funciones de maestro o maestra de grupo y haber tomado el diplomado de Inclusión Educativa.

4 - RESULTADOS

El acceso y la permanencia de los alumnos provenientes de Centroamérica en la escuela

El acceso a la educación básica en el nivel primaria para el menor migrante en México es un derecho, el profesor es consciente de ello, por lo que reconoce que su ingreso a cursar la primaria no está condicionado. El profesor A menciona:

- En caso de que no traiga documentación el niño se le hace una ubicación de grado, no se le cierran las puertas no se le maneja ningún tipo de situación como para decirle que no puede ingresar la criatura, todo esto ha venido a partir de los derechos de la niñez, aquí no estamos viendo que si son centroamericanos o no.

5 - LA EXPERIENCIA DE LA FORMACIÓN CONTINUA DEL DOCENTE

En el ciclo escolar 2012-2013, la Secretaría de Educación en el estado de Chiapas, ofertó siete cursos para la formación continua de los profesores, entre ellos el diplomado de Inclusión Educativa, el cual estuvo dirigido a docentes de educación básica, independientemente de la función que desempeñaran en dicho nivel. Para efectos de esta investigación, el interés se centró en los profesores frente a grupo de educación primaria que tomaron dicho diplomado y que atienden alumnos provenientes de Centroamérica.

Las experiencias que los docentes han tenido del diplomado, como proceso de formación continua, permite reconocer la significatividad que le confieren al mismo, al respecto la profesora C dice,

- A mí me permitió entender y comprender, ayudar y me llenó un poquito de herramientas para poder trabajar con ese tipo de niños. Bueno con todo tipo de niños.

6 - LA EXPERIENCIA DE ATENDER ALUMNOS PROVENIENTES DE CENTROAMÉRICA

La experiencia docente en el quehacer diario en el aula se ha vivido desde la singularidad de cada profesor; sin embargo se convierte en grupal, dado que las vivencias que refieren los profesores convergen. La profesora C comenta,

- Como la primaria es elemental, es universal, no hay problemas, en ese nivel no hay problemas, tal vez un atraso,... cuando me tocan otros grados y vienen otros niños de otro lugar pues tengo que trabajar con ellos, porque no lo vieron en ese grado.

7 - LO VIVIDO EN EL QUEHACER DOCENTE, Y SU INCIDENCIA EN LA INCLUSIÓN EDUCATIVA DE ALUMNOS MIGRANTES

El proceso de educación inclusiva del alumno migrante a la escuela, ha sido vivido por los profesores desde diversas aristas, ello ha permitido configurar su propia práctica a partir de la manera en que ha significado dicho proceso. En este sentido, se resalta lo que ellos sugieren que debe hacerse o normarse en el Sistema Educativo Mexicano, en atención de alumnos en condición migrante. El profesor B menciona,

- Lo que haría falta es llevar a los cursos al padre y al niño para que ellos viertan su experiencia, yo puedo verter mis

experiencias como docente, ¿no?, o qué tipo de enseñanza o cómo se van (...), pero a lo que voy es que yo pienso que debe estar hasta cierto punto el padre o algún niño para que ellos viertan qué es lo que pasa, o cómo jugar con ellos, ahí también dentro del, de o cómo trabajar con ellos dentro de una clase.

CONCLUSIONES

De acuerdo con la experiencia de los docentes sujetos de estudio, la inclusión de alumnos centroamericanos a la escuela no ha sido fácil, debido a que en los procesos de acceso, permanencia y trabajo en el aula hay situaciones que no solo han dependido de ellos, sino del sistema y del interés educativo de los padres de estos alumnos.

Estas situaciones los han llevado a tipificar a estos alumnos como “de paso”, a la vez que significan la enseñanza que realizan con ellos como remedial; por otro lado, los profesores aunque han cursado el diplomado de Inclusión Educativa, consideran que no tienen suficientes elementos para enfocar su práctica docente a la atención de la diversidad, pues el interés del Sistema Educativo está centrado en la homologación del plan y programa de estudios y no en su reconocimiento. Por ello, consideramos necesario que la formación docente continua atienda la diversidad y que se incluya en la reformulación de los planes y programas de estudio.

REFERENCIAS

Álvarez-Gayou, J. J. (2003). *Cómo hacer investigación cualitativa: Fundamentos y metodología*. México: Paidós.

Berger, P. y Luckmann, T. (2012). *La construcción social de la realidad*. Buenos Aires. Vigésima Tercera Reimpresión: Amorrortu.

Castillo, M. A. (2000). Las políticas hacia la migración centroamericana en países de origen, de destino y de tránsito. *Papeles De Poblacion (México)*. 01-55 (24): 133-157.

Grinberg, S. y Levy, E. (2009). *Pedagogía, Currículo y Subjetividad: entre pasado y futuro*. Buenos Aires. Argentina: Universidad Nacional de Quilmes Editorial.

Ley General de Población (2008). *Ley General de Población*. México: H. Congreso de la Unión.

Noriega, C. M. (2009). México: Migración, Ciudadanía y Educación. En C. M. Noriega, *Migración, ciudadanía y escuela : miradas del norte y del sur : México, Francia, Argentina, Italia* (págs. 23-107). México, D.F: Universidad Pedagógica Nacional.

Secretaría de Educación Pública (2011). *Plan de Estudios 2011. Educación Básica*. México: Secretaría de Educación Pública.

Taylor, S. J. y Bogdan, R. (1994). *Introducción a los métodos cualitativos de investigación: La búsqueda de significados*. Barcelona: Paidós.

Touraine, A. (2005). Los derechos culturales. En *Un nuevo paradigma para comprender el mundo de hoy* (págs. 181-227). Barcelona: Paidós Colecc. Estado y sociedad. 135.

Van-Manen, M. (2003). *Investigación educativa y experiencia vivida. Ciencia humana para una pedagogía de la acción y la sensibilidad*. Idea Books, S. A.

**Anais do
II Seminário Internacional de Integração Étnico-Racial e as Metas do Milênio**

CARACTERÍSTICAS Y RETOS DE LA INSTITUCIÓN EDUCATIVA INCLUSIVA: ATENDER LAS DIFERENCIAS NO A LOS “DIFERENTES”

*Characteristics And Challenges Of The Inclusive Educational
Institution: Address The Differences Rather Than The "Different"*

Maria Elena Anguiano Suárez

Maria Elena Anguiano Suárez, és Estudiante del Doctorado en Estudios Regionales. Universidad Autónoma de Chiapas. Guadalajara, México. Encuentro Internacional de Educación a Distancia. E-mail: helena_anguiano@hotmail.com.

RESUMEN

Características y Retos de la Institución Educativa Inclusiva, a partir de las diferencias no a los “diferentes”. La Universidad de Guadalajara en el Encuentro Internacional de Educación a Distancia UDG - Virtual. México. Marco Normativo Nacional, después del Acuerdo Nacional para la Modernización de la Educación Básica (1992) y a partir de la alternancia en el gobierno federal se dan una serie de reformas y organizaciones que luchando por una inclusión educativa real, informando y sensibilizando.

Anais do

II Seminário Internacional de Integração Étnico-Racial, 2015, Vol. 1, Nº 2

Palabras-clave: Institución Educativa Inclusiva, atender, diferencias no a los “diferentes”,

ABSTRACT

Characteristics and challenges of the institution education inclusive, from the differences rather than the "different". The University of Guadalajara in the international encounter of distance UDG - Virtual education. Mexico. Marco national policy, after the national agreement for the modernization of basic education (1992) and from the alternation in the federal Government are given a series of reforms and

organizations that fight for a real, informing and sensitizing educational inclusion.

Keywords: inclusive, attend educational institution, differences do not “different”

INTRODUCCIÓN

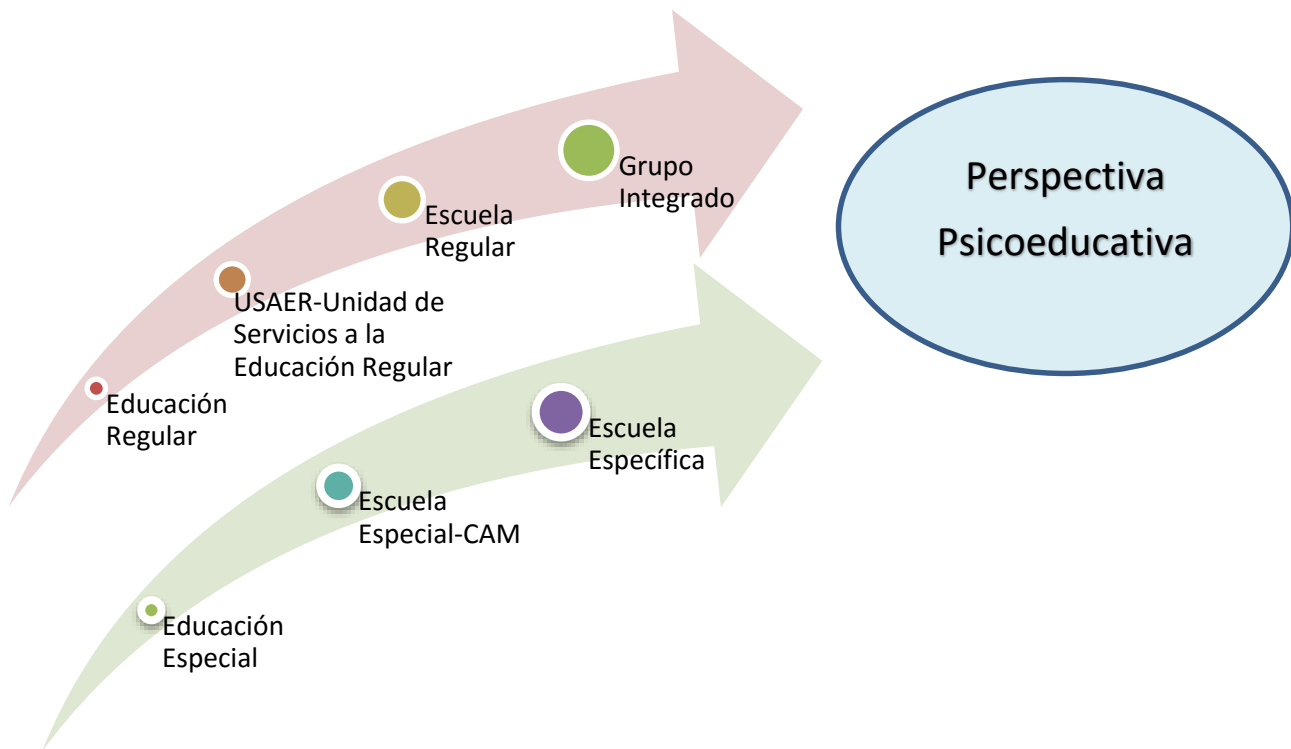
¿POR QUÉ HABLAR DE INCLUSIÓN EDUCATIVA?



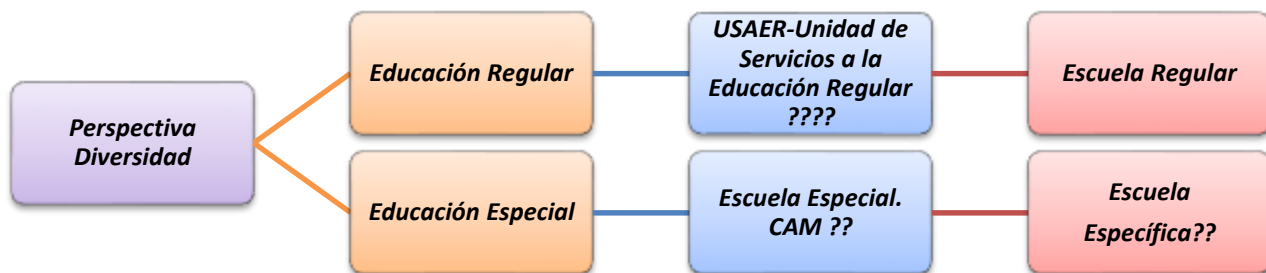
MODELO REHABILITADOR/ TERAPÉUTICO EN MÉXICO (1970-1989)



MODELO DE INTEGRACIÓN EDUCATIVA (1990-1999)



MODELO DE INCLUSIÓN EDUCATIVA (2000-2014)



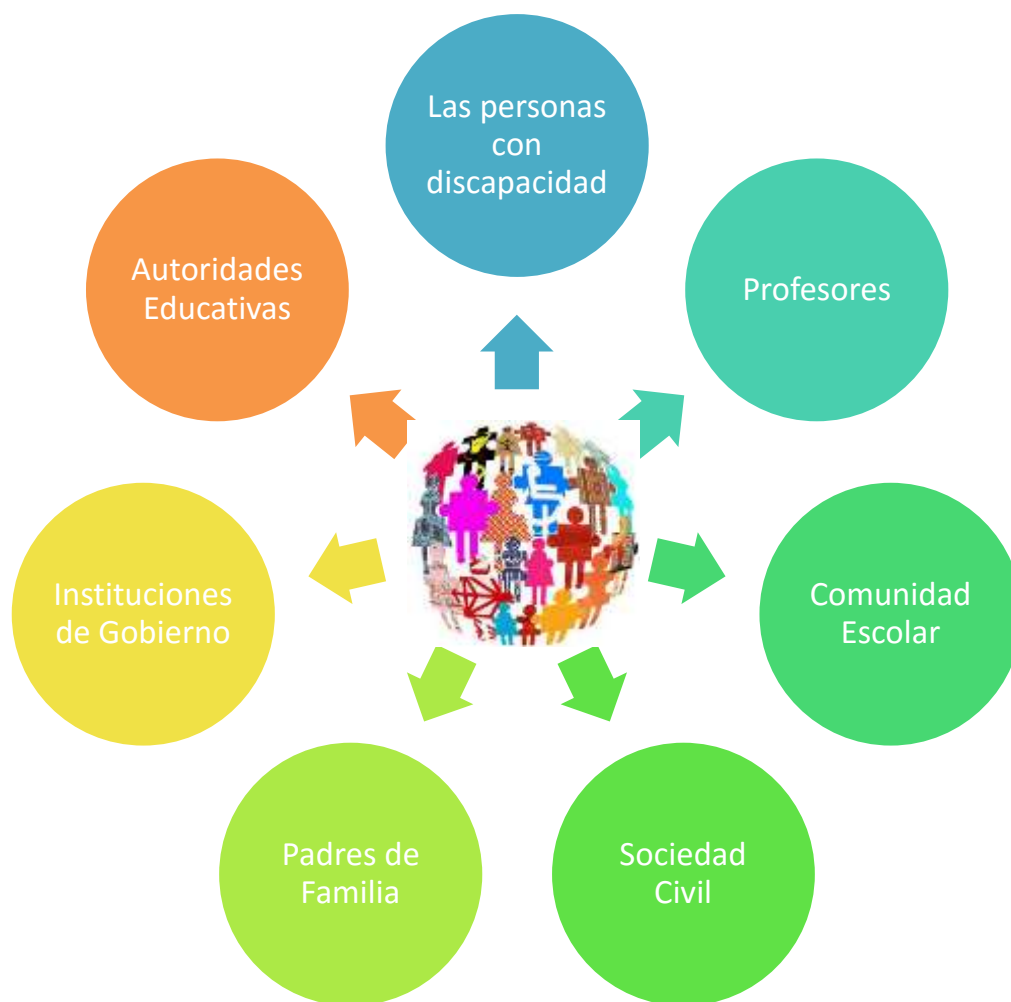
MARCO NORMATIVO INTERNACIONAL

- ❖ 1948 Declaración universal de los Derechos Humanos.
- ❖ 1959 Declaración de los Derechos de los Niños.
- ❖ 1978 Informe Warnock (Integración/NEE).
- ❖ 1990 Conferencia Mundial Educación para Todos.
- ❖ 1994 Declaración de Salamanca (Escuela Integradora).
- ❖ 2000 Declaración de Milenio (Educación inclusiva).
- ❖ 2000 Foro Mundial sobre Educación.



- ❖ Después del Acuerdo Nacional para la Modernización de la Educación Básica* (1992) y a partir de la alternancia en el gobierno federal se dan una serie de reformas:
- ❖ 1993 Ley General de Educación.
- ❖ 2000 Ley para la Protección de los Derechos niños, niñas y adolescentes. Programa Nacional para el Fortalecimiento de la Educación Especial y la Integración Educativa.
- ❖ 2003 Ley General para Prevenir la Discriminación.
- ❖ 2005 Ley General para personas con Discapacidad.
- ❖ 2011 Ley General para la Inclusión de Personas con Discapacidad.
- ❖ 2013 Reforma Ley General de Educación.
- ❖ 2014 Programa Nacional para el Desarrollo y la Inclusión de las Personas con Discapacidad.
- ❖ 2015 Ley de Atención a Personas con Trastorno del Espectro Autista

¿QUIÉNES SON LOS ACTORES DE LA INCLUSIÓN EDUCATIVA?



QUÉ TENEMOS

- ❖ Las personas con discapacidad ya están presentes en las instituciones educativas de todos los niveles, y seguirán llegando.
- ❖ Un marco regulatorio que favorece la escolarización de niños con NEE con discapacidad a la escuela regular.
- ❖ Un discurso político en favor del reconocimiento de la diversidad y la inclusión de toda persona.
- ❖ Situaciones de desconcierto e incertidumbre de trabajar con otras exigencias bajo un mismo esquema organizativo y formativo.
- ❖ Los maestros tienen que apelar a su experiencia y creatividad, buscar los recursos para atender las NE.
- ❖ Una comunidad educativa extrañada, con dudas, indiferente, insensible, empática.
- ❖ Organizaciones que luchando por una inclusión educativa real, informando y sensibilizando.

LOS PADRES DE FAMILIA

- ❖ Desconocen cuál es la mejor opción para su hijo con discapacidad o NEE.
- ❖ Los que se acercan a la escuela regular enfrentan frecuentemente resistencias para “aceptar” a los niños.
- ❖ No saben como apoyar el proceso de aprendizaje de sus hijos.
- ❖ No hay trabajo colaborativo con la escuela.
- ❖ Se enfrentan al descontento de otros padres de familia que no comprenden la situación.
- ❖ Optan por no llevar a los niños a la escuela.

RETOS DE UNA ESCUELA INCLUSIVA

- ❖ Redefinirse y orientar sus prácticas considerando la diversidad.
- ❖ Restructurarse y demandar los requerimientos físicos, económicos y profesionales necesarios (maestros de apoyo u otros profesionales y especialistas).
- ❖ Capacitar y sensibilizar a su personal y comunidad educativa.
- ❖ Favorecer un ambiente amable a la inclusión (mediación, conciliación, diálogo, resolución de conflictos).
- ❖ Diseñar una intervención educativa pertinente a las NEE .
- ❖ Fomentar una cultura de reconocimiento y respeto a la diversidad.
- ❖ Generar una dinámica de trabajo conjunto y colaborativo entre padres y maestros para apoyar el proceso de enseñanza aprendizaje de los niños con NEE.



CONSIDERACIONES FINALES

Los Retos de una escuela inclusiva es redefinirse y orientar sus prácticas considerando la diversidad. Restructurarse y demandar los requerimientos físicos, económicos y profesionales necesarios (maestros de apoyo u otros profesionales y especialistas). Capacitar y sensibilizar a su personal

y comunidad educativa. Favorecer un ambiente amable a la inclusión (mediación, conciliación, diálogo, resolución de conflictos). Diseñar una intervención educativa pertinente a las NEE. Fomentar una cultura de reconocimiento y respeto a la diversidad. Generar una dinámica de trabajo conjunto y colaborativo entre padres y maestros para apoyar el proceso de enseñanza aprendizaje de los niños con NEE.

BIBLIOGRAFÍA

ÁLVAREZ-GAYOU, J. J. Cómo hacer investigación cualitativa: Fundamentos y metodología. México: Paidós, 2003.

BERGER, P. y Luckmann, T. La construcción social de la realidad. Buenos Aires. Vigésima Tercera Reimpresión: Amorrortu, 2012.

CASTILLO, M. A. Las políticas hacia la migración centroamericana en países de origen, de destino y de tránsito. Papeles De Poblacion (México). 01-55 (24): 133-157. 2000.

GRINBERG, S. y Levy, E. Pedagogía, Currículo y Subjetividad: entre pasado y futuro. Buenos Aires. Argentina: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2009.

NORIEGA, C. M. (2009). México: Migración, Ciudadanía y Educación. En C. M. _____, Migración, ciudadanía y escuela : miradas del norte y del sur : México, 2009.

TAYLOR, S. J. y Bogdan, R. Introducción a los métodos cualitativos de investigación: La búsqueda de significados. Barcelona: Paidós, 1994.

TOURAINÉ, A. Los derechos culturales. En Un nuevo paradigma para comprender el mundo de hoy (págs. 181-227). Barcelona: Paidós Colecc. Estado y sociedad. 135, 2005.

VAN-MANEN, M. Investigación educativa y experiencia vivida. Ciencia humana para una

pedagogía de la acción y la sensibilidad. Idea Books, S. A. 2003.

GIDDENS (1997, 1999)

GIMÉNEZ (2007)

KIMLICKA (2006)

MERLEAU-PONTY (1993)

TOURAINÉ (2005)

SCHUTZ (2003)

REFORMA Y LEY GENERAL

1993 Ley General de Educación.

2000 Ley para la Protección de los Derechos niños, niñas y adolescentes. Programa Nacional para el Fortalecimiento de la Educación Especial y la Integración Educativa.

2003 Ley General para Prevenir la Discriminación.

2005 Ley General para personas con Discapacidad.

2008 Ley General de Población (2008). Ley General de Población. México: H. Congreso de la Unión.

2011 Ley General para la Inclusión de Personas con Discapacidad.

2011 Secretaría de Educación Pública (2011). Plan de Estudios 2011. Educación Básica. México: Secretaría de Educación Pública.

2011 Francia, Argentina, Italia (págs. 23-107). México, D.F: Universidad Pedagógica Nacional.

2013 Reforma Ley General de Educación.

2014 Programa Nacional para el Desarrollo y la Inclusión de las Personas con Discapacidad.

2015 Ley de Atención a Personas con Trastorno del Espectro Autista

**Anais do
II Seminário Internacional de Integração Étnico-Racial e as Metas do Milênio**

O IMPACTO DO USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO AUTOCONCEITO E NA QUALIDADE DE VIDA DA PESSOA IDOSA

The Impact Of The Use Of Information And Communication Technologies In Self Concept And The Quality Of Life Of Elderly Person

**Sónia de Almeida Ferreira¹
Ana Isabel Veloso²
Óscar Mealha³**

1.Sónia de Almeida Ferreira – É doutorada em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais e mestre em Comunicação Multimédia pela Universidade de Aveiro. Investigadora no Centro de Estudos em Educação, Tecnologias e Saúde e Professora Adjunta Convidada do Instituto Politécnico de Viseu. soniaaferreira@ua.pt

2.Ana Isabel Veloso – É doutorada em Ciências e Tecnologias da Comunicação da Universidade de Aveiro; é mestre em Engenharia Biomédica e licenciada em Engenharia Informática pela Universidade de Coimbra. Atualmente é docente no Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro. Coordenadora de vários projetos de pesquisa – SEDUCE; EYE ON GAMES; Interactive Magic Places, People and Practices. A sua área de pesquisa são na comunicação mediada tecnologicamente, nas narrativas e jogos interativos, na interação humano-computador. É autora de inúmeras publicações nacionais e internacionais. Orienta anualmente diversos alunos de Mestrado e de Doutoramento. Organizou a Conferência Videojogos2009.aiv@ua.pt

3.Óscar Mealha – É doutorado em Engenharia Electrotécnica pela Universidade de Aveiro, em 1995, tem cerca de 20 anos de investigação na área de Interação Humano-Computador, usabilidade e visualização de informação, e destes, cerca de 16 anos a trabalhar para a área das Ciências e Tecnologias da Informação e Comunicação. É professor associado com agregação no Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro. oem@ua.pt

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo exploratório sobre o impacto da utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação nas variáveis psicossociais, autoconceito e qualidade de vida, da pessoa idosa e a influência das variáveis sociodemográficas. O trabalho foi desenvolvido em parceria com duas Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho de Aveiro, Inventário Clínico de Autoconceito (Vaz-Serra, 1986) e Questionário de Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde (Vaz-Serra et al., 2006). O estudo envolveu a participação de 12 idosos distribuídos por duas condições experimentais: seis utilizaram as Tecnologias da Informação e da Comunicação e seis não sofreram qualquer intervenção. Foram realizados dois momentos de avaliação, antes e depois de 11 meses de intervenção. Os resultados obtidos revelam que houve influência positiva das Tecnologias da Informação e da Comunicação na qualidade de vida dos participantes, mas que não se verificou melhoria do autoconceito. Conclui-se, desta forma, que é importante integrar atividades de utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação no quotidiano da pessoa idosa.

Palavras-chave: Tecnologias da Informação e da Comunicação, Idoso, Autoconceito, Qualidade de Vida

ABSTRACT

This article presents an exploratory study on the impact of the use of information and communication technologies in the psychosocial variables, self-concept and life quality of the elderly person and the

influence of socio-demographic variables. The work was developed in partnership with two private institutions of Social solidarity in the municipality of Aveiro, Portugal. The instruments used were the Clinical Inventory of Self-concept (Vaz-Serra, 1986) and quality of life questionnaire of the World Health Organization (Vaz-Sierra et al., 2006). The study involved the participation of 12 senior citizens spread over two experimental conditions: six used information and communication technologies and six didn't suffer any intervention. Two evaluation moments were performed before and after 11 months of intervention.

The results obtained reveal that there was positive influence of information and communication technologies on the quality of life of the participants but that there has been improvement of the self-concept. It is concluded, therefore, that it is important to integrate activities of use of information and communication technologies in everyday life of the elderly person.

Keywords: information and communication technologies, elderly, Self-concept, quality of life

INTRODUÇÃO

Vários estudos revelam os benefícios da comunicação e partilha de informação mediada por tecnologicamente nos idosos:

- Melhoria geral do estado mental, reforço do autoconceito (AC) (Pires, 2008),
- Da autorealização e da autoestima (Sales, Guarezzi & Filho, 2006);
- O aumento da QV (Leung & Lee, 2005; Kiel, 2005);

- O bem-estar do idoso, tanto pelo perfil informativo e lúdico quanto pela possibilidade de integração no processo de aprendizagem (Miranda & Faria, 2009);
- A melhoria das funções cognitivas e da depressão e o aumento do funcionamento diário (Whyte & Marlow, 1999);
- A diminuição do sentimento de solidão (White, et al., 2002);
- A diminuição da percepção de stress (White & Weatheral, 2000);
- A nível do apoio social (Miranda & Faria, 2009; Xie, 2008; White & Weatheral, 2000).

É inquestionável o papel que as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) possuem na sociedade moderna, com a integrar no quotidiano da pessoa idosa é um desafio

O que a pessoa idosa procura não é conhecer computadores e dominar a sua lógica, mas a apropriação, a inclusão como parte ativa e motivada por fazer parte da sociedade (Pasqualotti, 2008).

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (2009) 4,4% dos indivíduos dos 65 a 74 anos utilizavam o computador, face a 42,5% da população total (dos 16 aos 74 anos), em 2002 essa percentagem era de 1,8%

Esta estatística corrobora a ideia de que a população idosa está mais receptiva às TIC e contrapõe o estereótipo de que os idosos são resistentes à sua utilização.

Os objetivos do trabalho foram avaliar o impacto da utilização das TIC no autoconceito (AC) e na qualidade de vida (QV) de um grupo de idosos

institucionalizados, em detrimento da não utilização e perceber se existe e qual a relação entre as variáveis sociodemográficas e institucionais como *género, idade, estado civil, escolaridade, profissão, regime de frequência, tempo na IPSS, orientação, visita de amigos e familiares* e as variáveis dependentes.

O estudo foi realizado em duas instituições, o Centro Paroquial S. Bernardo e o Patronato N. S. F. Vilar, a análise foi realizada em pessoas com a idade igual ou superior 65, todos eram voluntários, sabiam ler e escrever e não possuíam nenhum tipo de demência.

A PESQUISA

A amostra foi dividida em dois grupos: o Grupo experimental: 6 e o Grupo de controlo passivo: 6.

O primeiro parâmetro foi um Inventário Clínico de Autoconceito (Vaz-Serra, 1986) que considerou os seguintes fatores:

- Fator 1 - aceitação/rejeição social;
- Fator 2 - auto-eficácia;
- Fator 3 - maturidade psicológica;
- Fator 4 - impulsividade-atividade.

O segundo parâmetro foi a Qualidade de Vida, com parâmetros na Escala de Qualidade de Vida WHOQOL-Bref Group, versão portuguesa: (Vaz-Serra et al., 2006), que verificaram:

- Domínio 1 - físico
- Domínio 2 - psicológico
- Domínio 3 - relações sociais
- Domínio 4 - meio ambiente

A característica da amostra ficou da seguinte forma:

- Média idade Grupo A = 80 (SD=5.15)
- Média idade Grupo B = 82 (SD=6.72)

A maioria dos participantes eram viúvos, frequentaram 4 anos de escolaridade e realizavam ou realizam trabalhos não qualificados.

O estudo foi realizado 2 vezes por semana, com duração de 90 minutos. Existia um plano de atividades que seguiu a seguinte ordem:

- Introdução ao computador;
- Texto – escrita e formatação;
- Internet – navegação e pesquisa;
- Comunicação – assíncrona.

A figura 1 ilustra os idosos realizando suas atividades.



Figura 1: Idosos realizando as atividades

A tabela 1 apresenta os resultados do autoconhecimento e fatores.

	Grupo A		Pós-teste		Grupo B		Pós-teste	
	Pré-teste		Pré-teste		Pré-teste		Pré-teste	
	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>
Autoconceito	65,8	4,9	71,2*	6,1	65,5	4,6	71,3	6,2
F1 - Aceitação/Rejeição social	15,3	1,4	15,7	1,7	15,5	2,2	17,7	1,8
F2 - Auto eficácia	19	1,5	21,3	2,2	17,5	1,8	18,7	2,5
F3 - Maturidade psicológica	12	1,5	14,2	2,1	13,3	1,7	14,3	2,2
F4 - Impulsividade - Atividade	10	1,3	14,2	2,1	13,3	1,7	14,3	2,2

Os valores apresentados estão arredondados a uma casa decimal
M – Média da subamostra | *SD* – Desvio Padrão (*Standard Deviation*)
 * – Diferenças amostrais com significância estatística

Tabela 1: Autoconhecimento e fatores

A tabela 2 apresenta os resultados de qualidade de vida e domínios.

	Grupo A				Grupo B			
	Pré-teste		Pós-teste		Pré-teste		Pós-teste	
	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>
Qualidade de Vida	56,3	15,9	62,5*	7,1	54,2	10,4	50	9,0
D1 - Físico	57,1	5,5	55,9	6,2	50	9,0	50,9	8,7
D2 - Psicológico	61,8	7,9	54,2	5,3	68,8	5,4	62,5	7,9
D3 - Relações Sociais	69,5	5,4	70,8	6,9	56	4,7	73,6	9,3
D4 - Ambiente	59,9	6,3	64,1	7,1	50,5	5,3	56,8	7,9

Os valores apresentados estão arredondados a uma casa decimal
M – Média da subamostra | *SD* – Desvio Padrão (Standard Deviation)
 * – Diferenças amostrais com significância estatística

Tabela 2: Qualidade de vida e domínios

RELAÇÃO COM VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Para estudar a relação entre as variáveis dependentes e as variáveis independentes, quer no pré como no pós, teste, utilizaram-se os testes paramétricos de Pearson, adequados a variáveis quantitativas com distribuição normal:

- Variáveis dependentes: AC, QV e respetivos fatores e domínios.
- Variáveis independentes: género, idade, estado civil, escolaridade, profissão, regime de frequência, tempo na IPSS, orientação, visita de amigos e familiares.

Apresentam-se apenas os resultados relativos às variáveis independentes género e instituição no momento de pós teste do Grupo A já que as restantes não possuem significado estatístico ($p < 0,05$).

Relativamente à variável género, os resultados indicam que a percepção sobre o AC é mais elevada para os participantes masculinos ($r_s = 0,45 < 0,7$).

Analisando a variável instituição, verifica-se que a instituição IPSS A apresenta valores de AC superiores em relação à IPSS B ($r_s = 0,43 < 0,7$).

No final da pesquisa os sujeitos foram questionados acerca da ocorrência de algum acontecimento significativo durante o estudo, situação que pode justificar a diferença que se verifica relativamente ao género e pode ser explicada em virtude de acontecimentos de natureza pessoal na vida de dois elementos do género feminino que compõem este Grupo A.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos neste estudo suportam a hipótese de que a utilização das

Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) contribui para a melhoria da Qualidade de Vida (QV) da pessoa idosa em comparação com a não utilização das mesmas. Contudo o mesmo não acontece relativamente ao Autoconceito (AC).

Os resultados indicam que a Qualidade de Vida (QV) aumentou no grupo A que estava envolvido com as TIC, e diminuiu no grupo B. No entanto o AC dos idosos aumentou quer no Grupo A quer no Grupo B, logo não poderemos relacionar com a utilização das TIC.

Conclui-se ser pertinente e atual a concretização de contributos e iniciativas que fomentem a integração da pessoa idosa na sociedade cada vez mais tecnológica, objetivado a melhoria de variáveis psicossociais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÁRDENAS, C. J., et al. **Espelho meu, existe alguém mais bonita (o) do que eu?: Um estudo do autoconceito com idosos.** XIV Encontro Nacional da ABRAPSO. Rio de Janeiro: ABRAPSO. 2007.

CHARNESS, N., et al. **Word processing training and retraining: effects of adult, experience and interface.** Psychology and Aging. 16(1):110-27, 2001.

CHEPP, C. **Estudo transversal da qualidade de vida através da Escala WHOQOL-Bref da população octogenária e nonagenária de Siderópolis.** [dissertação]. Criciúma, Santa Catarina: Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2006.

CRAIN, M. **The influence of age, race and gender on child and adolescent selfconcept.** In: Bracken BA, editor. Handbook of Self-concept:

developmental, social and clinical considerations. New York: John Wiley & Sons; 395-420, 1996.

CZAJA, S. J., et al. **Factors Predicting the Use of Technology: Findings From the Center for Research and Education on Aging and Technology Enhancement (CREATE).** Psychology and Aging. 21(2):333-52, 2006.

ESPANHA, R. A. **Relação entre TIC, Utentes, Profissionais e Redes Tecnológicas de Gestão de Informação em Saúde.** Lisboa: Centro de Investigação e Estudos em Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, 2011.

EU. **Work session on demographic projections.** In: Union E, editor. Lisboa: Eurostat European Commission, 2010.

FERREIRA, H. G., BARHAM, E.J. **O Envolvimento de idosos em atividades prazerosas: Revisão da Literatura sobre Instrumentos de Aferição.** Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia. 14(3): 579-90, 2011.

FLECK, M. P., et al. **Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref".** Revista de Saúde Pública. 34:178-83. 2000.

GABRIEL, Z., BOWLING, A. **Quality of life from the perspectives of older people.** Ageing & Society. 24:675-91, 2004.

INE. **Dia Internacional do Idoso: nos próximos vinte e cinco anos o número de idosos poderá mais do que duplicar o número de jovens.** Lisboa, Portugal: Instituto Nacional de Estatística. 2007.

- KIEL, J. M. **The digital divide: Internet and e-mail use by the elderly**. Med Inform Internet Med. 30(1):19-23, 2005.
- LEUNG, L., LEE, P. S. N. **Multiple determinants of life quality: the roles of internet activities, use of new media, social support, and leisure activities**. Telemat Inf. 22(3):161-80, 2005
- MCMELLON, C. A., SCHIFFMAN, L. G. **Cybersenior Empowerment: How Some Older Individuals Are Taking Control of Their Lives**. Journal of Applied Gerontology. 21(2):157-75, 2002.
- MIRANDA, L., FARIAS, S. F. **Contributions from the internet for elderly people: a review of the literature**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação. 13(29):383-94, 2009.
- PASQUALOTTI, A. **Comunicação, tecnologia e envelhecimento : significação da interação na era da informação**. [tese]. Rio Grande do Sul: Universidade Federal Rio Grande do Sul., 2008.
- PAÚL, C., et al. **Satisfação e qualidade de vida em idosos portugueses**. In: Paúl, C., Fonseca, A., editors. Envelhecer em Portugal: Psicologia, Saúde e Prestação de Cuidados. Lisboa: Climepsi; 77-95, 2005.
- PFEIL, U., ZAPHIRIS, P., WILSON, S. **Online social support for older people: characteristics and dynamics of social support**. Workshop Enhancing interaction spaces by social media for the elderly; Vienna, 2009.
- PIRES, A. T. **Efeitos dos Videojogos nas Funções Cognitivas da Pessoa Idosa**. Porto: Faculdade de Medicina do Porto, 2008.
- PROUT, H. T., PROUT, S. M. **Global self-concept and its relationship to stressful life conditions**. In: Bracken BA, editor. Handbook of Self-concept: developmental, social and clinical considerations. New York: John Wiley & Sons; 259-86, 1996.
- PURDIE, N. M., BOULTON-LEWIS, G.M. **The Learning needs of older adults**. Educational Gerontology. 29(2):129-49, 2003.
- SALES, M. B., GUAREZZI, R. C., FILHO, F. **Infocentro para terceira idade: relato de uma experiência por pares**. Colabor@ - Revista Digital da CVA-RICESU. 4(13), 2006
- SCHAIE, W., WILLIS, S. **Adults Development and Aging**. 5 ed. Riverin US, editor. NJ: Prentice Hall. 2002.
- SHERER, M. **Introducing computers to frail residents of homes for the aged**. Educational Gerontology. 23:345-58, 1997.
- SIMÕES, A., FERREIRA, A., LIMA, P. M., PINHEIRO, M., VIEIRA, C., MATOS, P. M., et al. **O bem-estar subjectivo dos idosos: Factores sociodemográficos e de personalidade, Modelos e Práticas em Educação de Adultos**. NAPFA. 301-20, 2001.
- VAZ-SERRA, A. **O Inventário Clínico de Auto-Conceito**. Psiquiatria Clínica. 67-84. 1986.
- VAZ-SERRA, A., et al. **Estudos Psicométricos do Instrumento de Avaliação da Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde**. Psiquiatria Clínica. 27(1):41-9, 2006.

VERONA S., et al. **Percepção do Idoso em relação à Internet**. *Temas em Psicologia*. 14(2):189-97. 2006.

VIANNA, N., BACHA, M., SANTOS, J. **Tecnologia da Informação e Terceira Idade: uma análise na ótica de estado de espírito com relação à atual**. SEGeT – IV Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia; 22-24 de outubro de 2007; Resende, Brasil. <http://www.aedb.br/seget/artigos2007.php?pag=34>: Associação Educacional Dom Bosco – AEDB. 2007.

WHO, World Health Organization. **Active Ageing: A Policy Framework**. Retrieved from http://www.who.int/ageing/publications/active_ageing/en/. 2002.

WHITE, H., et al. **A randomized controlled trial of the psychosocial impact of providing internet training and access to older adults**. *Aging and Mental Health*. 6(3):213-21, 2002.

WHITE, J. WEATHERALL, A. **A grounded theory analysis of older adults and information technology**. *Educational Gerontology*. 26(4):371-86, 2000.

WHITBOURNE, S., SNEED, J. **The paradox of well-being, identity processes, and stereotype threat: Ageism and its potential relationships to the self in later life**. In: Nelson T, editor. *Ageism: Stereotyping and prejudice against older persons*. Cambridge: MIT Press, 2002.

WILHELMSON, K., et al. **Elderly peoples' perspective on quality of life**. *Ageing and Society*. 25(4):585-600, 2005.

WHYTE, J., MARLOW, B. **Beliefs and attitudes of older adults toward voluntary use of the internet: an exploratory investigation**. OZCHI: Annual Conference of the Australian Computer-Human

Interaction Special Interest Group; 1999; Wagga Wagga, Austrália. 1999.

XIE, B. **Multimodal Computer-Mediated Communication and Social Support among Older Chinese Internet Users**. *Journal of Computer-Mediated Communication*. 13:728-50, 2008

**Anais do
II Seminário Internacional de Integração Étnico-Racial e as Metas do Milênio**

A INCLUSÃO DOS ESTUDOS AFRICANOS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

The Inclusion Of African Studies In Elementary Schools

Prof. Gilberto Antonio Ferreira / Oga Gilberto de Esu.

Prof. Gilberto A. Ferreira é Pesquisador acreditado ao Centro de estudos Africanos (CEA) para assuntos das tradições religiosas de matriz africanas. / Pesquisador Especialista em tradições afro-brasileiras. Coordenador de estudos e pesquisas do CEPTMA e do Centro Étnico-Racial da Faculdade Eniac. É interlocutor científico e colaborador em projetos de pesquisa nas áreas de estudos africanos e afro-brasileiros do Dr. José Reginaldo Prandi, Doutor em Sociologia pela USP em 1977. Docente de Sociologia da Fac. de Filosofia, Letras e C. Humanas da USP de disciplinas de mestrado, doutorado e pós-doutorado na área de estudos afro-brasileiros. Interlocutor acadêmico científico do antropólogo Dr Wagner Gonçalves da Silva que declara Gilberto A. Ferreira possuidor de expertise e profundo conhecimento da língua Yorubá e afro brasileira, tendo este, ministrado cursos de Extensão Universitária pela USP desde os anos 70. Desenvolveu nesta a oficina de culinária religiosa para alunos de graduação de antropologia. esu@uol.com.br Rua Leila Acras 230 Guarulhos. SP Fones : 11 20873035 – 11 986599668.

RESUMO

Atualmente, para falar da cultura brasileira contemporânea, é necessário compreender os meandros da sua formação desde a raiz. Esta cultura nasceu da miscigenação dos povos nativos, que aqui viviam quando os portugueses declararam ter descoberto este país. Os indígenas se misturaram com os milhares de negros que foram trazidos escravos, de além-mares. A cultura deste novo povo reflete nos atuais conhecimentos, ideias, valores e crenças que se manifestam na vida concreta no cotidiano de cada grupo miscigenado. Os resultados

são percebidos na língua, no comportamento e práticas religiosas de cada grupo de acordo com a sua localização. Isso explica as diferenças entre os dialetos que distinguem os específicos grupos de Pernambuco, Amazônia, Bahia, Minas Gerais e os povos do Sul, entre os outros. A manifestação se revela no conjunto dos saberes e saber-fazer, característicos dos distintos grupos. Dentre essas revelações estão as novas identidades carregadas de sentimento de pertencimento e/ou de exclusão do que os diferencia, ignorando as suas próprias diferenças. Aqui se encontra a origem do etnocentrismo - racismo, preconceito, exclusão - que para ser respeitado, hoje necessita de uma legislação aplicada à base da educação infantil - a lei 10639.

Palavras-chave: inclusão étnico-racial, lei 10639, influencia africana, cultura brasileira contemporânea.

ABSTRACT

Currently, to speak of contemporary Brazilian culture, it is necessary to understand the intricacies of their training from the root. This culture was born of miscegenation of the native peoples, who lived when the Portuguese reported discovered this country. The natives mixed with thousands of blacks who they brought slaves, from overseas. The culture of this new people reflects on current knowledge, ideas, values and beliefs that manifest themselves in concrete life in the everyday life of each mixed group. The results are recognized in the language, behavior and religious practices of each group according to your location. This explains the differences between the dialects that distinguish the specific groups of Pernambuco, Amazon, Bahia, Minas Gerais and the peoples of the South, among others. The demonstration reveals itself in the set of knowledge and know-how, characteristic of different groups. Among these revelations are the new identities loaded of sense of belonging and/or deletion of what sets them apart, ignoring their own differences. Here is the origin of ethnocentrism-racism, prejudice, exclusion-that been respected, today requires legislation applied to the base of early childhood education-law 10639.

Keywords: ethnic and racial inclusion, law 10639, African influences, contemporary Brazilian culture.

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresenta - Eixos de discussão antecedentes, às organizações de desenvolvimento, federais, estaduais e municipais.

No início da década e 80 os movimentos sociais comprometidos com a volta das eleições diretas sugeriram ao futuro governador André Franco Montoro, propostas para São Paulo. Caso fosse eleito, ele criaria diversos organismos voltados para o desenvolvimento da comunidade negra no estado. Em 1983 ao assumir, o governador, de acordo com os compromissos assumidos deu posse ao secretário de cultura Pacheco Chaves e este criou a Assessoria para cuidar do tema Afro Brasileiro. Este foi o primeiro organismo voltado para a discussão dos assuntos afro no Brasil.

Seguindo os compromissos assumidos em campanha, Montoro criou em 1986 o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo e a Lei estadual N. 5.466, de 24 de dezembro de 1986. Em 1988 o governo Fernando Henrique Cardoso criou a “Fundação Cultural Palmares” órgão adido ao Ministério da Cultura. Em 2003 foi criado pelo governo Lula através de medida provisória a SEPPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Em 1996 começou uma longa discussão para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, mas em 2010, o governo Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei da sua criação. Um dos capítulos do Estatuto é voltado para a educação e obriga (em tese) o ensino da História Geral da África e da população negra no Brasil nas escolas de ensino fundamental e médio, sejam estas, públicas ou privadas.

No período de 1983 até os dias de hoje os estados e municípios baseados nos estatutos sejam federais ou estaduais criaram diversos órgãos que tratam da questão a exemplo de Guarulhos, que criou em 2001 a Coordenadoria da Igualdade Racial - CIR e o Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial – COMPIR que discute leis, incisos e tentam socializar a própria história da África.

1- A LEI E SEUS INCISOS.

Observando-se cuidadosamente todos os estatutos dos organismos criados sobre a questão da educação não consta de forma lúcida ou obrigatória e sim de forma genérica, disfarçada como cultura ou eufemismos correlatos.

No estatuto da igualdade racial de sancionado em 1996, um capítulo relativo à educação chama a atenção sobremaneira para o foco do seu desenvolvimento pelo acesso à educação.

1.1 - O capítulo sobre a educação

O artigo 11 - torna obrigatório o ensino de história geral da África e da população negra do Brasil nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas. Ele prevê ainda o incentivo de atividades produtivas rurais para a população negra. Proíbe as empresas de exigir características próprias de etnia, para aprovação às vagas de emprego. Também reconhece a capoeira como um esporte permitindo que o governo destine recursos financeiros para a sua prática.

Isso significa que a partir da publicação do estatuto da igualdade racial:

1 – Tornou-se obrigatório o ensino de história geral da África e da população negra do Brasil nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas.

2 – No estatuto se prevê o incentivo de atividades produtivas rurais para a população negra e proíbe empresas de exigir aspectos próprios de etnia para vagas de emprego.

3 – A partir da sua publicação a capoeira passa a ser reconhecida como esporte, com direito a receber recursos governamentais como qualquer outro esporte, para viabilizar o treinamento de atletas.

No dia 20 de novembro de 1996 foi promulgada a nova lei a lei 10.639/03 alterada pela lei 11.645/08 que dispõe: O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil nas aulas de História com o tema da escravidão negra africana. O texto promove a reflexão acerca da Lei, e torna obrigatório o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira e africana, e sua contribuição nos costumes e na constituição deste povo em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental e médio.

Quando na sala de aula os professores se referem ao escravo africano, há um equívoco, pois ninguém é escravo – as pessoas foram ou são escravizadas. O termo escravo, além de naturalizar essa condição das pessoas, traz a ideia de que, ser escravo é uma condição de alguns seres humanos em relação a outros. Os africanos carregam em si o significado preconceituoso e pejorativo de escravidão, construído ao longo da história de dominação e dominados ao longo da humanidade.

Uma forma de se reconhecer o equívoco da escravidão foi a criação do Dia da Consciência Negra, comemorado no dia 20 de Novembro. A data homenageia o herói negro Zumbi dos Palmares, que nasceu no estado de Alagoas no ano de 1655.

Ele representava o símbolo da resistência negra à escravidão na época do Brasil Colonial. Nasceu livre, mas foi capturado aos sete anos e entregue ao padre jesuíta católico Antônio Melo. Batizado, recebeu o nome de Francisco. Aprendeu português, latim, álgebra e a religião católica a ponto de ajudar o padre a celebrar a missa. Aos 15 anos fugiu de Porto Calvo e foi viver no quilombo dos Palmares. Lá se tornou líder usando o nome Zumbi - que significava aquele que estava morto e reviveu - no dialeto da tribo *Imbagala* de Angola. O quilombo localizado na região da Serra da Barriga chegou a abrigar mais de trinta mil habitantes. Era uma comunidade livre formada por

escravos fugitivos dos engenhos, índios e brancos pobres expulsos das fazendas que viviam livres de acordo com a cultura africana e lá produziam o que precisavam para viver.

2- DIFICULDADES DE APLICAÇÃO DA LEI

2.1 - Nível federal

No Brasil contemporâneo observa-se uma característica especial no que concerne as leis. Elas pegam ou não pegam, e no caso em particular todas essas leis não pegaram, nenhum organismo criado se deu conta de sua atribuição precípua, no que tange ao desenvolvimento da população negra.

Não está previsto em nenhuma das leis acima a obrigatoriedade de incluir nos currículos das Universidades públicas e ou privadas o ensino da História da África ou da História da Escravidão no mundo e no Brasil para que se tenha uma visão macro da problemática e do real significado histórico das palavras “Escravo” e “Escravidão”.

Em nenhuma das leis está a obrigatoriedade das universidades formarem professores aptos a difundirem as Culturas Negras deixadas no Brasil pelos povos Africanos. Não se prevê em nenhuma das leis acima a obrigatoriedade de fazer com que os governos enviem seus professores às universidades para uma renovação ou atualização com a finalidade de obedecer a essas leis. Como fazer então para que um professor do ensino médio ou fundamental ensine, sem o devido conhecimento das matérias obrigatórias pela lei? Não está previsto em nenhuma das leis a obrigatoriedade de se publicar livros sejam didáticos ou paradidáticos para que atendam a necessidade do ensino médio e fundamental. Não foi previsto em nenhuma das leis a obrigatoriedade de se criar bibliotecas especializadas, onde os diretores

das escolas possam abastecer os seus professores de informações específicas adequadas.

2.2- Nível estadual

Como se pode observar, e acima citado, o Estado de São Paulo saiu na frente e criou diversos organismos, porém, nenhum deles se voltou especificamente para a Educação e Cultura. Observa-se, porém, que o governo estadual não obedece e não obriga a Secretaria de Estado da Educação a obedecer as leis promulgadas pelo nível federal.

2.3- Nível municipal

Percebe-se que existe uma cadeia de comando, que em tese é exercida pelo Ministério da Educação e que não obedece as leis criadas no seu nível. Sendo assim: Como fazer com que as Secretarias de Educação Municipais obedeçam a essas mesmas leis?

3- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DESCONHECIDA DA ÁFRICA

Sabe-se que a historiografia sobre a África, ainda que em bom número, tem poucas contribuições de historiadores africanos. Os poucos que trabalham nesse sentido foram formados em universidades europeias, tendo herdado uma tradição que os fazem ver a história de fora para dentro. A cultura africana ainda é propagada de forma oral. Recentemente a historiografia africana vem sendo revista, e a diversidade cultural tem dado espaço à sobriedade dos relatos em torno da escravidão, pobreza e unidade que rondam o vasto continente africano.

O que os brasileiros conhecem de África ou de sua história? Desde cedo eles aprenderam a falar

de uma África onírica. Um “país” onde negros vivem na miséria absoluta, na mais absoluta ignorância, uma população considerada sub-humana pelos europeus por vários séculos e até os dias de hoje. Ainda se tem a impressão de que realmente a África é um país e não um continente onde diversos países coexistem com suas culturas e religiões desde os primórdios da humanidade muito embora se saiba que cientificamente é o berço da humanidade. Toma-se como ponto de partida o Egito tão decantado e admirado por sua cultura por seu complexo sistema político e social, porém não é visto como associado ao continente africano. O desconhecimento dos grandes reinos africanos assim como os avanços tecnológicos por eles produzidos foram espoliados e pilhados pelos colonizadores. Pode-se citar entre outros além do Egito, o reino Kuxi, Shongai, Gana, Mali, Benin, Yoruba, Kongo, Angola.

Na apresentação das grandes civilizações africanas, no ano 1000 a.C., povos semitas da Arábia emigraram para a atual Etiópia. Em 715 a.C. o Rei de Cush, cujo Rei denominado Monomopata, fundou no Egito a 25ª dinastia. Em 533 a.C. transferiu-se a sua capital de Napata para Meroé. Cerca de cinquenta anos depois, lá se encontrava uma metalurgia do ferro, altamente desenvolvida. Por volta do ano 100 a.C. desabrochou, na Etiópia, o Reino de Axum.

O tempo que se passou até a chegada dos árabes à África Ocidental foi, durante muitos séculos, considerado um tempo obscuro, face à absoluta ausência de relatos escritos. Estes só apareceram nos séculos XVI e XVII, com o “Tarik-Al-Fattah” e o “Tarik-Es-Sudam”, redigidos, respectivamente, por Muhammad Kati e Abderrahman As Saadi, ambos nascidos em Tombuctu. Mas os trabalhos arqueológicos do século XX, aliado aos relatos da tradição oral, conseguiram resgatar boa parte desse passado. O mais antigo desses reinos foi o da Etiópia.

Entre os séculos III e VII, a Etiópia teve como vizinhos outros reinos cristãos dentre eles o Egito e a Núbia. Contudo, com a expansão do islamismo, essas duas últimas regiões caíram sob o domínio árabe, e a Etiópia persistiu como único grande reino cristão da África. Antes do efetivo início do processo de islamização do continente africano, a África Ocidental conheceu um alto padrão de desenvolvimento. Os antigos Estados de Gana, do Mali, do Songai, do Iorubá e Benin, são excelentes exemplos de pujança das civilizações pré-islâmicas.

3.1 - Império do Gana

O Antigo Império Gana teve o seu apogeu entre os anos 700 e 1200 d.C. Acredita-se que o florescimento desse império remonte ao século IV. Fundado por povos berberes, segundo alguns autores, e segundo outros, por negros mandeus, mandês ou mandingas, do grupo soninkê. O antigo nome desse império era Uagadu, que ocupava uma área tão vasta quanto a da moderna Nigéria e, incluía os territórios que hoje constituem o Mali ocidental e o sudeste da Mauritânia. Kumbi Saleh foi uma das suas últimas capitais. Segundo relatos históricos, o Antigo Império de Gana era tão rico em ouro, que seu imperador, adepto da religião tradicional africana, tal como seus súditos, eram denominados “o senhor de ouro”. Com a concorrência de outras potências no comércio do ouro, o Antigo Império Gana começou a declinar. Até que, por volta de 1076 d.C, em nome de uma fé islâmica ortodoxa, os berberes da dinastia dos almorávidas, vindos do Magrebe, atacaram e conquistaram Kumbi Saleh, capital do Império de Gana.

3.2 - O Império do Mali

Os fundadores do Antigo Mali teriam sido caçadores reunidos em confrarias ligadas pelos mesmos ritos e celebrações da religião tradicional. O fervor com que praticavam a religião de seus ancestrais seguiu, até bem depois, do advento do Islã. Conquistou o que restou do Antigo Gana, em 1240, Sundiata Keita, expandiu seu império, que já era oficialmente muçulmano desde o século anterior. O Mali se tornou legendário, principalmente sob o mansa (rei) Kanku Mussá, que, em 1324, empreendeu a peregrinação a Meca com a intenção evidente de maravilhar os soberanos árabes. Hoje Mali é um dos países mais pobres do mundo. Não se dava a importância devida à sua história, apesar do seu passado ilustre, pois, foi um dos reinos mais importantes e poderosos da África.

3.3 - Império Songai

A organização do Songai era mais elaborada que a do Mali. O Império Songai teve as suas origens num antepassado lendário, o gigante comilão Faran Makan Botê, do clã dos pescadores sorkôs. Por volta de 500 d.C., diz ainda a tradição, que guerreiros berberes, chefiados por Diá Aliamen chegou a curva norte do Níger, tomando o poder dos sorkôs. A partir daí, a dinastia dos Diá passou a reinar em Kukya, uma ilha perto do Níger, até 1009, quando o reino se converteu oficialmente ao islamismo e transferiu a capital para Goa, onde a dinastia reinou até 1335. Nesse ano, o povo songai se libertou do Antigo Mali, de quem se tornou vassalo em 1275 e, começou a conquistar as regiões vizinhas.

3.4 - Império Kanem-Bornu

Outro grande Estado da África Negra, florescido por essa época, no norte da atual Nigéria, foi Kanem-Bornu, em torno do ano 800 d.C. As cidades-estados haussás, situadas entre o Níger e o Chade se encontraram em uma grande encruzilhada. Constituíram-se por volta do século XII, em redor das vias comerciais que ligavam Trípolis e o Egito à floresta tropical, por um lado, e, por outro lado, o Níger ao alto vale do Nilo pelo Darfur. Os haussás ou a classe dirigente dos negros habitavam muito mais ao norte, e a leste do que hoje. Junto com o Mali e o Songai, um dos mais vastos impérios dos grandes séculos africanos foi o Kanem-Bornu. A sua influência, no período de maior esplendor, estendeu-se da Tripolitânia e do Egito até ao Norte dos Camarões atuais, e do Níger ao Nilo. Nas origens do Kanem encontrava-se a conjugação dos nômades e dos sedentários.

3.5 - Império Iorubá

A sudeste da atual Nigéria constitui-se o poderoso e dinâmico grupo Ibo. Possuía uma estrutura democrática que favorecia a iniciativa individual. A unidade sociopolítica era a aldeia. No sudoeste, desenvolveram-se os principados iorubás aproximadamente entre os séculos VI e XI. As suas origens, mergulhadas na mitologia dos deuses e semideuses, não forneceram, do ponto de vista cronológico, informações suficientes. O grande passado de todos estes príncipes é Odudua. Seria ele, o próprio filho de Olodumaré, que para muitos seria o Nimrod de que fala a Bíblia, ou segundo a piedosa tradição islâmica, de Lamurudu, rei de Meca. O seu filho Okanbi, teve sete filhos e todos tiveram suas “cabeças coroadas”, a reinar em Owu, Sabé, Popo, Benin, Olé, Ketu e Oyó.

Por volta do século XII, Ifé era uma cidade-estado cujo soberano, Oni, era reconhecido como chefe religioso pelas outras cidades iorubás. É que Ifé seria o lugar a partir de onde as terras se teriam espalhado sobre as águas originais para, segundo a tradição, fazerem nascer o mundo. Os iorubás foram expulsos da antiga Oyó pelos Nupês (Tapas) estabelecendo-se no que é a Oyó de hoje.

3.6 - Império do Benin

Famoso por sua arte, o Benin, situado a sudeste de Ifé, foi fundado, segundo a tradição, por Oranian, pai de Xangô, sendo então, intimamente aparentado com Oyó e Ifé. A primeira dinastia a reinar teve, segundo os mitos, inicialmente doze Obas (reis) e terminou por uma revolta, quando se constituiu em reino. Seu apogeu ocorreu no século XIV, com a capital Edo, que perdura até hoje. A cultura nagô, evidenciada nesta pesquisa, a sua procedência no grupo dos escravos sudaneses do império iorubá, acima citado, em suas origens. Na verdade a denominação “nagô” foi dada, no Brasil, a língua iorubá que foi, na Bahia, a “língua geral” dos escravos, tendo dominado as línguas faladas pelos escravos de outras nações. O iorubá compreende vários subgrupos e dialetos, entre os quais o Egbá, que incluiu o grupo Ketu e Ijexá, das tribos do mesmo nome, cujos rituais foram adotados, principalmente o Ketu, pelos candomblés mais conservadores. Do ewe “anago”, foi o nome dado pelos daomeanos aos povos que falavam o iorubá, tanto na Nigéria como no Daomé (atual Benin), Togo e arredores, que os franceses chamavam apenas de nagô.

3.7 - Reino do Congo e Angola

Durante o seu processo de expansão marítimo-comercial, os portugueses abriram contato

com as várias culturas que já se mostravam consolidadas pelo litoral e outras partes do interior do continente africano. Em 1483, momento em que o navegador lusitano Diogo Cão alcançou a foz do rio Zaire, foi encontrado um governo monárquico fortemente estruturado conhecido como Congo. Fundado por volta do século XIV, esse Estado centralizado dominava a parcela centro-ocidental da África. Nessa região se encontrava um amplo número de províncias, onde vários grupos, da etnia banto principalmente os bakongo, ocupavam os territórios. Apesar da feição centralizada, o reino do Congo contava com a presença de administradores locais provenientes de antigas famílias ou escolhidos pela própria autoridade monárquica. Apesar da existência destas subdivisões na configuração política do Congo, o rei, conhecido como manicongo, tinha o direito de receber o tributo proveniente de cada uma das províncias dominadas. A principal cidade do reino era Mbanza, onde aconteciam as mais importantes decisões políticas de todo o reinado. Foi nesse mesmo local que os portugueses entraram em contato com essa diversificada civilização africana. A principal atividade econômica dos congolezes envolvia a prática de um desenvolvido comércio onde predominava a compra e venda de sal, metais, tecidos e produtos de origem animal. A prática comercial poderia ser feita através do escambo (trocas) ou com a adoção do nzimbu, uma espécie de concha somente encontrada na região de Luanda. O contato dos portugueses com as autoridades políticas deste reino teve grande importância na articulação do tráfico de escravos. Uma expressiva parte dos escravos que trabalharam na exploração aurífera do século XVII, principalmente em Minas Gerais, era proveniente da região do Congo e de Angola.

4- ESCRAVIDÃO NO BRASIL

No Brasil, a escravidão teve início com a produção de açúcar na primeira metade do século XVI. Os portugueses traziam os negros africanos de suas colônias na África para utilizar como mão-de-obra escrava nos engenhos de açúcar do Nordeste. Os comerciantes de escravos portugueses vendiam os africanos como se fossem mercadorias. Os mais saudáveis chegavam a valer o dobro daqueles mais fracos ou velhos. O transporte era feito da África para o Brasil nos porões dos navios negreiros. Amontoados, em condições desumanas, muitos morriam antes de chegar ao Brasil, e os corpos eram lançados ao mar.

O tráfico de escravos durou de 1530 a 1888 partindo dos diversos reinos Africanos para o Brasil, por cerca de 358 anos. É importante notar que os primeiros escravos vieram da África Austral, conhecidos como povos Bantu ou Banto, vindos de Angola, Congo e Moçambique que já eram colônias portuguesas. Embora fossem obrigados a falar a língua do dominador - o português - deixaram rastros visíveis de sua cultura e religião entre os afro brasileiros. Nesse sentido pode-se observar como exemplo as palavras que fazem parte da língua que se fala ainda hoje: Kitanda, moleque, mulungu, bunda, kapiroto, capanga, kaxanga, kururu, mandinga, macumba, samba, senzala, entre muitas outras.

Grande parte da língua dos Bantu foi preservada nos recônditos dos terreiros, onde em seus rituais privados ou públicos são plenamente faladas, assim como os diversos idiomas trazidos.

No âmbito religioso, espalhados pelo Brasil, diversos terreiros cultuam as deidades trazidos de África pelos povos Bantu tais como:

Zambi Unpungo = Ser Supremo = Deus

Nkosi = Senhor do Ferro
Mutakalombo = O caçador
Nzazi = Senhor dos Trovões
Kalunga = Senhor dos mares
Kiandas = Ninfas dos mares
Danda Lunda = Senhora dos rios
(recorte do autor, 2015).

Na obra de Yeda Pessoa Castro, “*Falares Africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*” publicado pela Topbooks Editora, em 2001, na primeira edição, Rio de Janeiro e a segunda edição, em 2005 é resultado de 40 anos de pesquisa na Bahia, na República Democrática do Congo (ex-Zaire) e na Nigéria. A obra da autora demonstra a influência dos idiomas africanos na língua portuguesa. Dentre os termos africanos mais comuns no vocabulário do brasileiro se destacam: água, Angola, antigo, aportes, arcaico, axé, Bahia, baiano, banto, brasileira, banbogira, base, branco, cachaça, caboclo, calunga, candomblé, cânticos, canção, caruru, cerimônia, conhecido, consagrado, culto, dado, daomé, dendê, denominação devoto, divino, divindade, entre muitas outras. E, poder-se-ia aqui passar horas a enumerar as deidades de origem Bantu ainda cultuadas nos terreiros brasileiros (CASTRO, 2005).

Por volta de 1800, dois reinos importantes da África entraram em guerra, o Império de Oyo, insuflado pelos britânicos, posterior colonizadores e o Império do Dahomé posteriormente conhecido como Benin insuflado pelos Franceses, seus colonizadores. Os produtos dessas guerras alimentavam sobremaneira o tráfico vindo da África ocidental. Os Yorubas aprisionados eram vendidos pelos Dahomeanos. E os Dahomeanos aprisionados eram vendidos pelos Yorubas.

Embora aprisionados e sequestrados da mesma forma, havia um diferencial gritante entre os primeiros e os dois últimos grupos conforme se observa na história.

1- O povo Dahomeano ou Jeje.

Povo do antigo Abomei/Dahomé, hoje Republica Popular do Benin é aqui denominado Jeje. Historicamente foram inimigos dos Yorubas com quem disputavam territórios. Começam a chegar ao Brasil por volta de 1850 aproximadamente, frutos da guerra de Ilorin. Com o final do trafico negreiro já em andamento por interesse britânico, os prisioneiros era embarcados sem muitas delongas e chegavam ao Brasil plenos de suas culturas e religiões. Esse fato além das diversas revoltas, fez com que os Jejes deixassem uma vasta herança ancestral nos terreiros de candomblés Baianos e Maranhenses.

2- O grupo nagô ou Yoruba.

Também produtos da guerra de Ilorin chegam ao Brasil ao mesmo tempo e são considerados os mais organizados socialmente e politicamente deixando uma vasta herança ancestral, não só nos maiores terreiros do Brasil. Assim sua cultura e religião tornou-se o principal objeto dos estudos nas varias academias de Antropologia e Sociologia do Brasil.

3- O povo Angola ou Congo.

O povo Angola ou Congo inaugurou o trafico negreiro ao Brasil. Por volta de 1530, chegaram os povos “ladinos” que já falavam português, já eram batizados na origem, considerados os mais submissos e próprios à escravidão, foram considerados pelos Angola ou Congo, colaboracionistas e traidores das diversas revoltas programadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender os meandros da cultura brasileira desde a raiz, a miscigenação que criou esse povo novo, que se fez a partir dos nativos, misturados aos diversos grupos negros escravizados - o grupo nagô ou Yoruba, Angola ou Congo, Songai, Mali, Sorkôs entre muitos outros. Este povo que perpetua conhecimentos, ideias, valores, as crenças e raízes de cada grupo miscigenado. Os resultados são percebidos na língua, comportamento e práticas religiosas de cada grupo de acordo com a sua origem e dialetos que distinguem os novos grupos que se estabeleceram em Pernambuco, na Amazônia, Bahia, Minas Gerais, os povos do Sul, e muitos outros. Dialetos e crenças que permanecem vivos na informalidade da manifestação religiosa. Essas diferenças carregaram também o ímpeto de competição pela sobrevivência, pertencimento e preferência, que mantém esse novo povo - afro brasileiro em permanente movimento de inclusão e exclusão. Hoje a dificuldade da convivência pautada pelo respeito torna necessário a criação leis dentre elas a 10639 que impõe o ensino da história e cultura africana afro-brasileira nas aulas de História com o tema da escravidão negra africana. O texto da lei promove reflexão e obriga o ensino da história da África e sua contribuição nos costumes e na constituição deste povo nas escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental e médio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- BASTIDE, Roger. O Candomblé da Bahia, Cia das Letras, São Paulo, 2001.
- DO RIO, João. As Religiões no Rio. Editora Nova Aguilar - Coleção Biblioteca Manancial n.º 47 – 1976.

CASTRO, Yeda Pessoa. *Falares Africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro (Academia Brasileira de Letras)*. Topbooks Editora, Rio de Janeiro RJ, 2001. 2ª edição 2005. 366 páginas.

RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*, Ed. Brasileira. Bibliotheca V. H. Gintner: Rio de Janeiro RJ, 1977.

VEGER, Pierre. *Fluxo e refluxo*. Ed. Currupio. Rio de Janeiro, RJ 1987.

VEGER, Pierre- Orixas. 6ª. ed. Editora Currupio, Rio de Janeiro RJ, 2009.

SOUZA, M. M M. (2015) *In: ORTIZ, F. C, e SANTOS F. A. Org. Gestão da Educação a Distância*. Ed. Atlas 1ª edição. 304 p.

VEGER, Pierre. *Fluxo e refluxo*. Ed. Currupio. Rio de Janeiro, RJ 1987.

VEGER, Pierre- Orixas. 6ª. ed. Editora Currupio, Rio de Janeiro RJ, 2009.

Anais do
II Seminário Internacional de Integração Étnico-Racial e as Metas do Milênio

POLÍTICAS SOCIAIS E AMBIENTAIS - CONHECENDO O CONTINENTE AFRICANO E A CULTURA AFRICANA E AFRO BRASILEIRA

*Social And Environmental Policies-Knowing The African Continent
And The African And Afro-Brazilian Culture in English,*

Célia Regina

Célia Regina Mistro, graduada em Letras, mestre em Literaturas Comparadas em Língua Portuguesa. Professora do Colégio e da Faculdade de Tecnologia ENIAC-FAPI nos cursos de Literatura, Gramática, Comunicação Empresarial, Políticas Sociais e Ambientais, Ética e Cidadania, Sociologia e Ciências Sociais. Oficina e Produção de Textos para Web, desde 2007.

Palavras-chave: Políticas sociais e ambientais, continente africano, cultura africana e afro brasileira.

RESUMO

A história da África é tão antiga quanto a história da escrita. Os registros da presença humana na África datam do fim da terceira era e início da quarta. Os fósseis de australopitecos, atlantropos, homens de Neandertal e de Cro-magnon encontrados em diferentes locais neste continente leva os antropólogos a buscarem a origem humana. Diferente do que todos pesam, a África não esteve sempre ligada à escravidão e a miséria, ela passou por tempos prósperos. Estudos africanos e afro brasileiros além investigar os aspectos científicos analisa também os aspectos políticas sociais e ambientais do continente africano.

ABSTRACT

The history of Africa is as old as the history of writing. The records of the human presence in Africa date back to the end of the third age and beginning of the fourth. The fossils of australopiths, atlantropos, Neanderthals and Cro-Magnon found in different locations in this continent takes anthropologists to seek the human origin. Different from all weigh, Africa was not linked to slavery and misery, she went through prosperous times. African Studies and African Brazilians in addition investigate the scientific aspects aspects also analyzes social and environmental policies of the African continent.

Keywords: Social and environmental policies, the African continent, African and afro-Brazilian culture.

INTRODUÇÃO

O objetivo da investigação é a compreensão da África e os maiores avanços tecnológicos da história, entre eles, a prática agrícola, criação de gado, mineração e metalurgia - do cobre, do bronze, do ferro, do aço -, o comércio, a escrita, a arquitetura e engenharia na construção de grandes centros urbanos, a sofisticação da organização política, a prática da medicina, o avanço do conhecimento e da reflexão intelectual.

A metodologia escolhida foi a pesquisa bibliográfica pela natureza da investigação.

A justificativa é compreender a evolução do percurso e da prática agrícola, avanços tecnológicos, metalúrgicos, arquitetônicos políticos e na área da medicina. Observar ao longo do desenvolvimento da civilização, a presença do colonizador e do escravizado. Perceber o que determinou o avanço, a conscientização e educação de um enquanto o outro permanece escravizado até hoje. Esse reflexo se manifesta na permanente luta de muitos contra a injustiça e a corrupção e a ausência da verdade que iniciou na invasão em 1500 do Brasil.

A hipótese é que com a compreensão das mudanças ao longo dos séculos é possível perceber o que distância o mundo contemporâneo do início das civilizações seja possível refletir sobre a situação de secular da escravatura.

Observa-se que:

“O debate sobre o tema na história contemporânea é o reflexo da conscientização e educação do novo povo não apenas brasileiro, mas, mundial. Ela se propaga a partir do momento que se propaga o acesso à educação e informação às classes menos favorecidas. A condição de escravidão se mantém até hoje. É uma escuridão que se mantém entre os povos até que a luz da educação a descortina. A luta atual pelos direitos dos herdeiros do continente africanos é um reflexo que manifesta a permanente luta contra a injustiça e a corrupção e a ausência da verdade que não iniciou na invasão em 1500 do Brasil, está muito além dela”, conforme Souza (2015).

O referencial teórico explora as referências bibliográficas e os autores abordam as questões da África e suas consequências no mundo, o fantasma da sua responsabilidade pela miséria e escravidão, e os seus aspectos políticos sociais e ambientais. Castro (2005). Rodrigues (1977), Ribeiro (2013) e Souza (2015) dissertam sobre o tema. A figura 1 apresenta o mapa com a divisão geográfica da África.



Figura 1: Mapa da África
 Fonte: CASTRO, 2015

A África foi também centro do desenvolvimento de civilizações, uma das mais avançadas da experiência humana. Entretanto, a imagem de seus povos como não construtores do conhecimento ou da tecnologia complementada pela ideia de suas civilizações como “importadas” ou erigidas por povos estrangeiros, ainda molda o conceito comum da África como um continente sem história. Apenas muito recentemente, há o reconhecimento de uma África histórica repleta de grandes realizações.

Ao abordar a história africana, é preciso ampliar a perspectiva para muito além, dos últimos quinhentos anos, que constituem apenas uma minúscula parte dessa história. Aliás, o ufanismo - atitude, posição ou sentimento exacerbado de

orgulho pelo país de origem ou de adoção - em torno da expansão europeia quinhentista tende a distorcer nossa visão histórica em geral, reduzindo o mundo antigo a um imobilismo primitivo que não o caracterizava.

Os povos antigos inclusive os africanos navegavam os mares à procura da rota para as Índias, milênios antes das caravelas portuguesas e espanholas. Os egípcios construíam navios de grande porte desde o terceiro milênio a.C., e há indícios de que enviavam frotas até a Irlanda à procura de estanho para fazer o bronze.

Os mouros, basicamente povos africanos islamizados, dominaram a península ibérica durante séculos, ocasionando um verdadeiro iluminismo na

Idade Média europeia ao “protagonizar” o avanço dinâmico do conhecimento humano. Mouros vem do termo “grego” mauros - escuro ou negro - e era aplicado pelo exército romano aos africanos que invadiram, por volta de 50 a.C., a região dos atuais países de Marrocos e Argélia. A dinastia dos Almorávidas, um dos principais agentes da dominação da Península Ibérica, era marcadamente negro-africana.

O Iluminismo foi um movimento intelectual que ocorreu na Europa do século XVIII, e teve sua maior expressão na França, palco de grande desenvolvimento da Ciência e da Filosofia. Também conhecido como Época das Luzes, foi o período de transformações na estrutura social, na Europa, onde os temas giravam em torno da Liberdade, do Progresso e do Homem. Iluminismo é o nome que se dá à ideologia que foi sendo desenvolvida e incorporada pela burguesia, na Europa, a partir das lutas revolucionárias do final do século XVIII. As origens do Iluminismo, já se encontravam no século XVII, nos trabalhos do francês René Descartes, que lançou as bases do racionalismo, como a única fonte de conhecimento. Acreditava numa verdade absoluta, que consistia em questionar todas as teorias ou ideias pré-existentes. Sua teoria passou a ser resumida na frase: "Penso, logo existo".

Na Europa, naquela época, não havia dúvida quanto à identidade africana dos mouros,

como testemunham o personagem Otelo, de Shakespeare, bem como retratos pintados e bustos esculpidos à época.

A circunscrição do olhar histórico aos últimos quinhentos anos reforça a imagem construída, muito recentemente, dos povos africanos como primitivos ou eternos escravos. Ao deixar de lado 5.500 anos de desenvolvimento africano que antecedem o período da escravidão mercantil, essa perspectiva encoberta um fato incontestável:

- Os africanos viveram apenas uma ínfima parte de seu tempo histórico amarrados aos grilhões da escravidão mercantil.
- Durante milênios, foram agentes ativos do desenvolvimento da civilização humana em todo o mundo.
- Sobre a ocupação no território do continente africano e o desenvolvimento das milhares de línguas africanas.
- A lenta transformação do Saara em deserto provocou migrações, as populações se misturavam.
- O domínio da tecnologia do ferro se integra a esses fluxos, formando um fator de desenvolvimento comum entre os povos do continente.

O deserto do Saara equivale a 35% do território africano, sua extensão é maior que o Brasil, o que pode ser observado na figura 2.

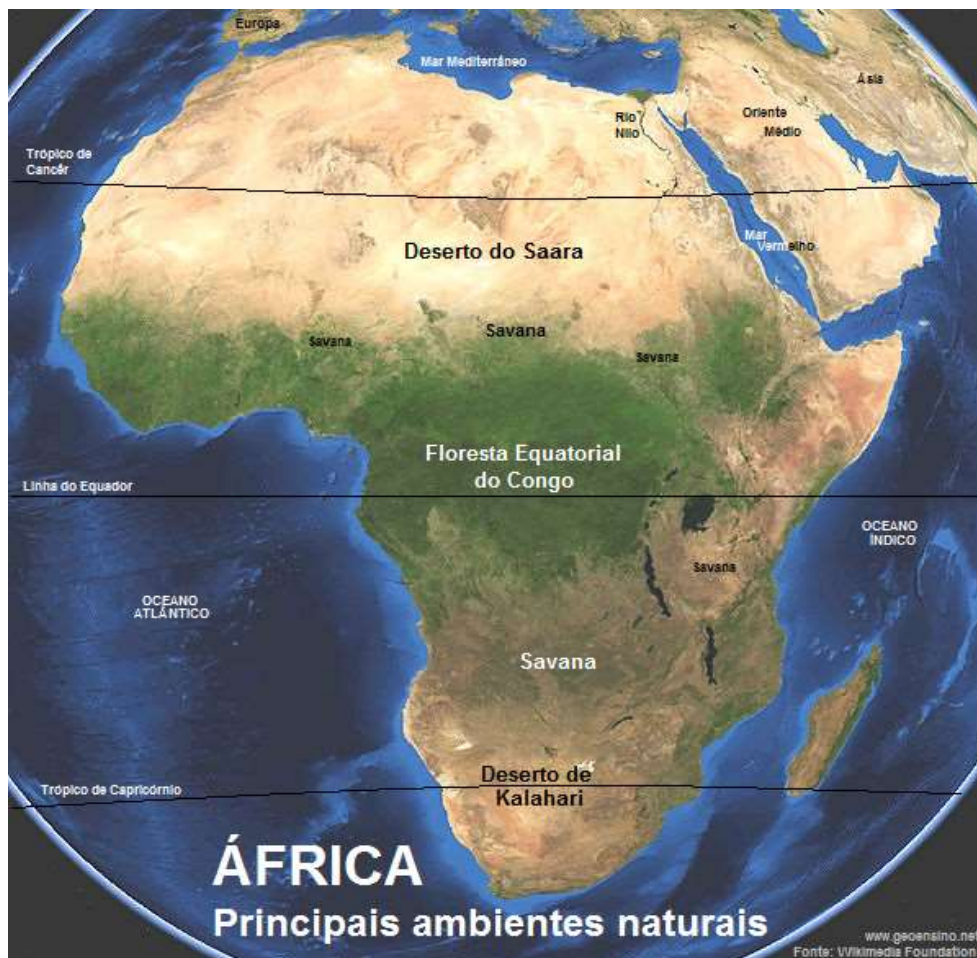


Figura 2 Vista aérea, geral da do deserto do Saara, África. Fonte na imagem
Fonte: CASTRO, 2015

A civilização Egípcia também é uma fonte que se reflete em vários aspectos de fluxo cultural. Mais de mil línguas distintas derivam de alguns poucos grupos linguísticos, e há indícios de que a língua egípcia seja a língua-mãe do continente. Em todo o continente e em diversas épocas, os povos africanos desenvolveram sistemas de escrita e de altos conhecimentos na astronomia, na matemática, na agricultura, na navegação, na metalurgia, na arquitetura e na engenharia. Na medicina, praticavam desde a cesariana até a autópsia, passando por vários outros tipos de cirurgia, mencionando ainda a vacina contra a varíola e outras doenças.

Eles construíram cidades belíssimas e centros urbanos de conhecimentos internacional em Timbuktu e os maiores lucros eram obtidos com o

comércio de livros. Criaram filosofias religiosas, sistemas políticos complexos e duráveis, obras de arte de alta sensibilidade e sofisticação. A riqueza do ouro e do marfim africanos não apenas compunha as moedas como decorava os lares e as beldades da Índia, China e da Europa. O melhor ferro no mercado internacional do século XII era o da África central e meridional.

Há registro do regime democrático muito antes de ele existir em qualquer lugar do mundo. O sistema matrilinear: a mulher tendo importantes funções com direitos sociais, econômicos, políticos e espirituais, a história da África é repleta de rainhas estadistas e guerreiras.

Entre seis mil e quatro mil anos antes da era cristã, já existiam concentrações de populações de prática agrícola incipiente ao lado dos rios Nilo,

Niger e Congo que protagonizaram avanços no conhecimento e na tecnologia.

A civilização egípcia, mais de quatro mil anos antes da era cristã, desenvolveu um calendário mais exato que o ocidental moderno. As pirâmides demonstram uma engenharia extremamente precisa há quase cinco mil anos. O Egito africano destaca-se entre as raízes da civilização ocidental.

A abundância dos recursos minerais, principal fator da cobiça e de exploração secular do território africano é, sem dúvida, a questão estrutural dos conflitos políticos, uma vez que o continente detém algumas taxas significativas no cenário global, a saber: 80% das jazidas de diamante conhecidas. 60% do ouro o mundo ocidental. 30% do alumínio mundial está na África.

Na Zâmbia e na República Democrática do Congo encontram-se as maiores reservas de cobre do planeta. No Marrocos estão 50% dos depósitos de fosfato.

O consenso científico sustenta que o homem moderno (*Homo sapiens*) evoluiu da África, há mais ou menos 150 mil anos. Além das ossadas fósseis, os mais antigos indícios de cada aspecto de sua presença, desde a manufatura de implementos até a arte primitiva, encontram-se na África. As pesquisas na área genética indicam uma origem comum do homem moderno na África, sendo todos os humanos de hoje descendentes daquelas populações.

Na década de 1970, foram encontrados, em Minas Gerais, os restos de uma mulher com aproximadamente doze mil anos, que passou a ser chamada de Luzia, cujas feições são nitidamente negroides.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões pontuadas pelos autores Castro (2005), Rodrigues (1977), Ribeiro

(2013) que dissertam sobre o tema, compreende-se que a África conhecida no Brasil como berço da escravidão é um equívoco, pois ela é responsável pelos avanços tecnológicos da história. Berço dos registros da presença humana com fósseis de australopitecos, atlantropos, homens de Neandertal e de Cro-magnon desde aproximadamente o fim da era terciária, e início da era quaternária. Continente mãe da escrita, arquitetura e engenharia na construção de grandes centros urbanos. Fez parte da sua evolução os avanços na prática agrícola, agropecuária, metalúrgicos, arquitetônicos políticos e na área da medicina e do comércio.

Estudos da história da África e afro-brasileiros demonstram que, diferente do que habita o imaginário popular, a África não esteve sempre ligada à escravidão e a miséria e passou por tempos prósperos nos aspectos políticos sociais e ambientais. A presença do colonizador e do escravizado não é um caso inédito da formação da cultura brasileira, essa relação de poder e submissão se fez presente ao longo do desenvolvimento da civilização. Compreendendo as mudanças ocorridas no continente africano ao longo dos séculos, e refletindo sobre o que distância o mundo contemporâneo do início das civilizações, possibilita a percepção da situação de secular da escravatura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Yeda Pessoa. *Falares Africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro (Academia Brasileira de Letras)*. Topbooks Editora, Rio de Janeiro RJ, 2001. 2ª edição 2005. 366 páginas.

RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*, Ed. Brasileira. Bibliotheca V. H. Gintner: Rio de Janeiro RJ, 1977.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro. Editora [Companhia de Bolso](#). São Paulo. 2014. **Publicado em 18 de set de 2013.**

SOUZA, M. M. M., BRAGANÇA A. C. & FERNANDES, J. C. L. A evolução da integração étnico racial no ensino superior brasileiro. ENIAC, Guarulhos, 1º Congresso Internacional de inclusão, 2014, ojs.eniac.com.br. Revista Internacional - Brasil para todos, 2015.

Anais do

II Seminário Internacional de Integração Étnico-Racial e as Metas do Milênio

BIOPODER E BIOÉTICA EM FACE DO DIREITO PENAL DO INIMIGO: UMA ANÁLISE DOS LIMITES DA BANALIDADE DO MAL EM HANNAH ARENDT E AGAMBEN NA RELEITURA DO CONCEITO DE DIREITOS HUMANOS

Biopower And Bioethics In The Face Of The Enemy's Criminal Law: An Analysis Of The Limits Of The Banality Of Evil In Hannah Arendt And Agamben On Rereading The Concept Of Human Rights

Dra. Carolina Angelo Montolli

Carolina Angelo Montolli - Doctora en Derecho Público Internacional de la Pontificia Universidad Católica de Minas Gerais. Postdoctorado en Derecho Penal por la Universidad Nacional de La Matanza. Profesora de Academia de Policía de Minas Gerais y Escola Superior Dom Helder Camara. Abogada Criminalista BH, MG.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo esmiuçar a narrativa elaborada pelos bioeticistas em torno de seu campo de atuação, apresentar os elementos sustentadores da polêmica sobre o “lugar” da técnica e da ciência no século XX e indicar como essa polêmica associou a memória das guerras e do Holocausto à definição dos Direitos Humanos, conduzindo à necessidade de

regulamentação de políticas públicas interessadas na ciência e na sua intervenção cotidiana. Além disso, pretende-se vincular as transformações operadas em nível mundial à lógica proveniente do ambiente nacional, que procurou mesclar-se à defesa de Direitos Humanos supranacionais e regulamentar políticas públicas no Brasil a partir da incorporação de reflexões sobre a Bioética e o Biopoder.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Direito Penal do Inimigo, Bioética, Biopoder.

ABSTRACT

This article aims to scrutinize the narrative prepared by bioethicists around your field, submit the evidence supportive of the controversy over the "place" of the art and science in the twentieth century and indicate how this controversy associated with the memory of war the definition of the Holocaust and Human Rights, leading to the need for regulation of public policies in science and interested in their everyday speech. Moreover, it is intended to link the changes wrought in the world from the logic of the national environment, which sought to merge to the defense of human rights and supranational regulatory policies in Brazil from the incorporation of reflection on bioethics and Biopower

Keywords: Human Rights, Enemy Criminal Law, Bioethics, Biopower.

INTRODUÇÃO

Não há dúvida da importância assumida pela Bioética no mundo contemporâneo, considerando-se que o ensejo de regulamentação de um campo preocupado em definir os limites para a ciência não é uma espantosa novidade. Embora a investigação em torno da Bioética e da regulamentação das pesquisas e práticas científicas encontre-se muito presente em ambiente médico e filosófico, nosso esforço é o de compreender, a partir das rupturas do mundo contemporâneo, em que medida a experiência dos atores históricos "modelou" o olhar que seria dirigido à ciência, à técnica e às suas realizações no século XX.

Em outras palavras, é de nosso interesse perscrutar as relações entre uma narrativa catastrófica e teleológica, associada aos feitos científicos, e a composição de um campo de controle para os avanços técnicos e científicos. Depois das guerras mundiais, ao lado da crítica direcionada ao "uso" da ciência e da técnica, os atores históricos

também conferiram a ambas um caráter emancipador, pois, mais uma vez confiantes, passariam a pensar em como estabelecer um ambiente em que a prática científica pudesse ser regulamentada, sem que isso resultasse na demonização do campo de pesquisa e experimentação.

Com essa tarefa hercúlea, a de restituir a importância e a legitimidade da ciência no mundo contemporâneo, sem deixar de considerar as dificuldades dessa empreitada, a polêmica que se instaura é diversa, colocando face a face matrizes de pensamento, no mínimo, distintas. A partir dessas reflexões, este artigo pretende alcançar cinco objetivos: 1) esmiuçar a narrativa elaborada pelos bioeticistas em torno de seu campo de atuação; 2) apresentar os elementos sustentadores da polêmica sobre o "lugar" da técnica e da ciência; 3) indicar como essa polêmica associou a memória das guerras e do Holocausto à definição dos Direitos Humanos, conduzindo à necessidade de regulamentação de políticas públicas interessadas na ciência e na sua intervenção cotidiana; 4) vincular as transformações incorporadas à lógica proveniente do ambiente nacional, que procurou mesclar-se à defesa de Direitos Humanos supranacionais; 5) elucidar as considerações em face ao direito penal do inimigo.

1. BIOÉTICA E BIOPODER

O neologismo Bioética é tradicionalmente atribuído ao biólogo e oncologista estadunidense Van Rensselaer Potter. A narrativa oficial¹ indica que o termo teria aparecido, pela primeira vez, em um artigo intitulado "Bioethics, the Science of Survival", de 1970, tendo sido retomado no livro *Bioethics: Bridge to the Future*, também de sua autoria, no ano seguinte. Preocupado com o impacto ambiental do desenvolvimento biotecnológico e suas conseqüências para a vida humana, Potter propôs a

criação de uma nova ciência no interior da qual se fizesse a reflexão necessária sobre a utilização dos conhecimentos científicos. Na visão do autor, ela seria capaz de conciliar a cultura empirista, norteadora da prática científica, com a cultura humanista, que fundamenta as proposições éticas. Para Potter, essas duas culturas haviam se edificado paralelamente na tradição ocidental sem, contudo, influenciar uma à outra.

Tomou-se como necessário reorientar a prática científica a partir de princípios éticos que pudessem ser universalizáveis, a exemplo do que propôs a Bioética. Nesse caso específico, a legitimidade para a postura de desconfiança em relação à ciência e aos cientistas foi ao encontro das atitudes extremadas perpetradas em relação às vítimas do Holocausto. Os cientistas alemães envolvidos nessas experiências são caracterizados como pessoas cegadas por suas aspirações ao poder, conduzidas a ignorar os limites humanos que se impunham frente aos seus objetivos políticos.

Como Estado totalitário, a Alemanha nazista teria protagonizado, mais do que o momento crítico da razão ocidental, o marco da desrazão no Ocidente. As experiências científicas com judeus seriam um indício de que a ciência não poderia mais ser confundida com a própria racionalidade. Ao contrário, em defesa do racionalismo, dever-se-ia criar mecanismos de controle das práticas científicas, agora vinculadas a uma meia dúzia de maníacos que queriam ou conduzir a humanidade ao caos, ou utilizar-se da ciência como ferramenta de controle. Essa última hipótese, igualmente atemorizante, causou pavor entre os diversos povos marcados pela experiência do totalitarismo e das práticas eugênicas.

O contexto do pós-guerra foi, portanto, um período de reavaliação crítica dos projetos ocidentais, bem como de surgimento de novas propostas orientadoras para a ação humana e para a

prática política. Ao mesmo tempo em que o estatuto de ciência e a sua relação com determinados projetos políticos foram avaliados, os pensadores esforçaram-se em diagnosticar as razões que levavam à ampla adesão, no interior das fronteiras nacionais, a esses projetos. De um lado, apontava-se para a despolitização das “massas” resultante da introjeção do discurso de ampliação das comodidades da vida por meio das conquistas da ciência, o que acabava por obscurecer intencionalidades políticas. De outro, a educação e as mídias eram apontadas como os meios que se incumbiam de formar pessoas propensas ao represamento das emoções, as chamadas consciências coisificadas, incapazes de se compadecer com o sofrimento alheio. Ambos apareciam atrelados a uma outra crítica: à cega submissão dos indivíduos aos projetos nacionais.

No interior dos Estados Nações, a população estabelecia vínculos de pertencimento que impediam a avaliação crítica da política, especialmente se amparada em proposições científicas, que não podiam ser questionadas. A ampla adesão da população alemã à política do Terceiro Reich e a sua subordinação aos ditames do Partido Nazista foram apontados como fortes indícios de que os projetos nacionais acabam por configurar-se em empecilhos para a auto determinação humana. Revitalizar a ética iluminista, naquele contexto, era revalorizar também a propriedade humana de descentrar-se, a capacidade do indivíduo de produzir uma avaliação crítica do contexto em que está inserido. Nas décadas subseqüentes à Segunda Guerra, em um contexto de proclamada valorização do individualismo, o nacionalismo, amparado no princípio do nascimento e na qualificação como cidadão, acabava por configurar-se como um atravancador para as liberdades humanas.

Mais do que garantidora de direitos, a cidadania passou a ser considerada um vínculo que

impunha aos indivíduos a adesão necessária aos projetos do Estado. Não só no senso comum, mas entre diversos pensadores do pós-guerra, o fenômeno Auschwitz foi atribuído, muitas vezes, à cega subordinação dos funcionários do regime e da população em geral aos projetos nacionais.

Nas referências a Eichmann, Hannah Arendt aponta para a “obediência cadavérica” (termo utilizado pelo próprio Eichmann em seu julgamento, em Jerusalém, 1960) de um cidadão ao sistema. O que dava o tom à prática no interior do Terceiro Reich era o imperativo categórico formulado por Hans Frank: “Aja de tal modo que o Führer se souber de sua atitude, a aprove”. Assim, os homens envolvidos com o regime nazista foram tomados, antes, como funcionários obedientes e cumpridores das leis.

O princípio de superioridade da raça ariana, que justificava as pretensões imperialistas da nação alemã, obscurecia as barbáries cometidas no interior do sistema. Por meio das mídias, o nacionalismo teria sido inculcado nas mentes do povo alemão, que passou a se compreender antes como cidadãos da Alemanha, do que como seres humanos. O princípio do dever para com a nação ofuscava as orientações pessoais dos indivíduos, cuja auto compreensão fundava-se nos vínculos com os projetos do Estado.

Assim, pareciam descartadas as possibilidades de crítica e subversão da ordem. Convergiam para a nação, ao mesmo tempo, as expectativas de direitos e deveres dos indivíduos. Era no conceito de cidadania que se agregavam tanto as garantias individuais, quanto os compromissos éticos do indivíduo originário em um determinado território nacional. Importante acrescentar que não é simples, direto e nem mesmo de comprovada eficácia o mecanismo que transforma o Estado em “ente” e os cidadãos em seus “seguidores acéfalos”. Elemento incisivo de uma bem engendrada reação ao projeto moderno, a possibilidade de regeneração

européia anunciada pelos nazistas fomentava os interesses dos admiradores de primeiro momento do nazismo.

No interior dos Estados Nacionais, assim, teria se configurado uma estrutura em que os direitos do homem e os direitos do cidadão se confundiam. As garantias conferidas aos homens só ocorriam em decorrência de uma condição que lhes era concedida pelo nascimento. Essa perspectiva converge para o apontamento de Agambem, que pensou a vinculação entre os direitos do cidadão e do homem como um dos elementos fundadores da política moderna. Nas declarações de direitos do final do século XVIII, a exemplo da declaração francesa de Direitos do Homem e do Cidadão, a tutela divina em relação aos homens, que marcou a política absolutista, foi transferida para uma instância laica, o Estado Nacional.

Até a primeira metade do século XX, a articulação dos direitos do homem com o princípio da cidadania era a base fundadora da política. A soberania moderna se fundou na continuidade entre homem e cidadão, entre nascimento e nacionalidade (Agambem, 2002). Durante a Segunda Guerra Mundial, contudo, o aparecimento de figuras como a do refugiado colocou em xeque essas antigas estruturas.

Ele constitui-se em um elemento politicamente difícil de situar porque, de acordo com o apontamento de Hannah Arendt, é o homem de direitos que emerge da máscara de cidadão que o definia. É tão dificilmente conceituável porque se encontra em um não lugar. Ao ser destituído dos vínculos nacionais e dos laços cotidianos que conferiam a ele identidade, passa a ser alvo das intervenções dos organismos supranacionais que devem zelar pelos seus interesses, mas que não conseguem efetivamente resolver o problema de deslocamento desses homens.

Isso porque evocam valores tomados como sagrados e inalienáveis, mas não conseguem articular politicamente soluções para os seus problemas. Assim, se os efeitos da Segunda Guerra fizeram emergir situações que levaram ao descolamento dos direitos do homem em relação aos direitos do cidadão, ao mesmo tempo, eles tornaram os direitos do homem uma entidade abstrata sem força de norma ou possibilidade efetiva de regulação das relações humanas.

Em decorrência disso, a fase atual pôde ser apontada, no diagnóstico de Agambem, como um momento de separação entre o humanitário e o político. A crise da política moderna, amparada no Estado Nação e na categoria cidadão, teria levado à proclamação dos Direitos Humanos como capazes de salvaguardar os direitos do homem, antes atrelados ao princípio de cidadania. Agora, eles deveriam inscrever a vida nua, a vida natural, em uma instância supranacional, capaz de sanar o problema de orfandade daqueles lançados para o não lugar, para o exterior das fronteiras do Estado Nação.

Politicamente frágeis, os Direitos Humanos no pós-guerra não conseguem dar conta dessa figura simbolicamente representativa que é o refugiado, bem como dos demais apátridas que buscam mais do que proteção, vínculos que confirmam a eles identidade. Os códigos contemporâneos, que pretensamente visam inscrever a vida nua, a vida natural, em uma instância transnacional, acabam por configurar-se em discursos com mais apelo humanitário do que com força política. Baseados no princípio de natureza humana, esses códigos visam substituir a categoria do nascimento (que antes fundamentava a cidadania) pela idéia de que os vínculos que devem unir os humanos em uma mesma comunidade são as qualidades inatas que os tornam membros de uma mesma espécie. Patrocinar o discurso de Direitos Humanos seria, portanto, defender a natureza humana na sua dimensão física

(um corpo que deve ser preservado) e na sua dimensão social (o reconhecimento do outro como um interlocutor).

O homem dos Direitos Humanos deve garantir aos seus pares a proteção, a liberdade, a integridade e a possibilidade de autodeterminação. Esses princípios estão previstos nos códigos internacionais de Direitos Humanos e Bioética, devendo ser garantidos pelas agências internacionais, que visam transpor as fronteiras nacionais e justificar, a partir do princípio de natureza humana, a intervenção de organismos internacionais em assuntos nacionais, quando esses comprometem os chamados “interesses da humanidade”.

Assim, o homem de que tratam os Direitos Humanos, assim como o homem de que trata a Bioética, é um indivíduo abstrato, que deve erguer-se das pressões comunais, exercidas pelos vínculos com a nação e com as estruturas micro-identitárias que estabelecem com ele, cotidianamente, vínculos de pertencimento. O discurso dos bioeticistas, constituído na esteira dos Direitos Humanos, efetiva-se com a existência de códigos internacionais que visam à inscrição na vida nua em instâncias supranacionais, a exemplo no que ambicionam o Código de Nuremberg e as declarações de Helsinki.

Eles evocam a existência de um homem universal, destituído dos vínculos identitários que efetivamente exercem sobre ele pressões e mobilizam atitudes. Por essa razão, o apontamento de Agambem parece corroborar com a tese de que a Bioética acaba por constituir-se em um discurso de caráter muito mais humanitário do que político, na medida em que evoca valores abstratos que devem ser incorporados por um homem não-sobrecarregado, elevado das pressões comunais exercidas pela nação e pelos vínculos cotidianos constitutivos de sua identidade.

Os princípios defendidos pelos bioeticistas, a exemplo da beneficência, da não-maleficência, da autonomia e da justiça, acabam por configurar-se em formas de solidarização com o outro, sobretudo com aqueles que, a exemplo dos refugiados de guerra, são privados dos vínculos que, por si sós, eram a garantia dos seus direitos fundamentais. Mais uma vez, vale lembrar as palavras de Hannah Arendt: “A total implicação dos direitos do homem com os direitos dos povos no sistema europeu de Estados-nações só veio à luz quando surgiu de repente um número inesperado e crescente de pessoas cujos direitos elementares eram tão pouco salvaguardados pelo funcionamento dos Estados-nação em plena Europa como o teriam sido no coração da África. Os Direitos do Homem, afinal, haviam sido definidos como ‘inalienáveis’ porque se supunha serem independentes de todos os governos; mas sucedia que, no momento em que os seres humanos deixavam de ter um governo próprio, não resta nenhuma autoridade para protegê-lo e nenhuma instituição disposta a garanti-los” (1989:325).

2. DOCTRINA DO MAL RADICAL

O conceito de mal radical abarca a explicação acerca destas novas modalidades de mal que apareceram na história política de nosso século, ou ele se prova insuficiente? Se a segunda hipótese for verdadeira, é então necessário criar novos conceitos para se explicar tais fenômenos e, ao mesmo tempo, formular outra concepção sobre o homem. É exatamente nessa forma de se interrogar a respeito dessa possibilidade que se inscreve a questão posta por Hannah Arendt, quanto à extensão do conceito de mal radical. Para Hannah Arendt, o mal radical, que apareceu no totalitarismo, transcende os limites do que foi definido por Kant como o mal radical, pois trata-se de "uma nova espécie de agir humano", uma forma de violência

que "vai além dos limites da própria solidariedade do pecado humano", de "um mal absoluto porque não pode ser atribuído a motivos humanamente compreensíveis".

O fenômeno totalitário revelou que não existem limites às deformações da natureza humana e que a organização burocrática de massas, baseada no terror e nas ideologias, criou novas formas de governo e dominação, cuja perversidade não se pode medir. Para a autora quando queremos explicar o fenômeno totalitário, não contamos com apoio para compreender um fenômeno que se apresenta e que contraria todas as normas que conhecemos. Hannah Arendt explica que o verdadeiro mal radical surgiu em um sistema onde todos os homens se tornaram "supérfluos", isto é, eles se tornaram meios. E essa "superfluidade" atingiu tanto os que foram manipulados quanto os manipuladores e "os assassinos totalitários são os mais perigosos, porque não se importam se estão vivos ou mortos, se jamais viveram ou se nunca nasceram". Podemos pensar que essa nova modalidade de mal radical aparecerá toda vez que o homem for transformado em "supérfluo", e este risco pode muito bem sobreviver à queda dos regimes totalitários.

A nossa interpretação sobre tal problema posto por Hannah Arendt se baseia na própria história da trajetória do seu pensamento filosófico. De 1947 a 1951, período em que transcorreu o trabalho de pesquisa, elaboração e publicação de *Origens do Totalitarismo*, Hannah Arendt, chocada com os acontecimentos políticos do momento, os horrores da guerra e do holocausto, tentava encontrar explicações mais no nível moral, dentro da filosofia, para esses fatos e se sentia "sem apoio" (segundo sua própria expressão) para compreender tal fenômeno.

Doze anos depois, em 1963, ao assistir ao julgamento de Eichmann, em Jerusalém, e publicar o seu relato sobre a banalidade do mal sua reflexão acerca de tal fenômeno já tinha sofrido uma mudança

decisiva, pois se apoiou em outro contexto de reflexão. Antes de ir para o julgamento de Eichmann, Hannah Arendt tinha o pressuposto de que iria encontrar um homem, no mínimo perverso ou até mesmo um monstro ou um exemplar de malignidade humana, como fazia crer a mídia da época. Diante de sua surpresa ao encontrar um homem absolutamente comum, que apenas podia ser caracterizado como tendo um "vazio de pensamento", sua reflexão sobre o mal ganha outra figura. Eichmann não era um monstro, mas um homem com extremo grau de heteronomia, um indivíduo que era um produto típico do Estado totalitário. A "questão originária" sofre aí um deslocamento radical: não se trata de explicar o fenômeno focando-se na questão moral ou na antropológica, mas sim de compreender, num enfoque político, como um Estado pode ser capaz de produzir agentes heterônomos que funcionam, tão eficientemente, como agentes reprodutores de seus objetivos.

O problema do mal passa, então, a ser questionado dentro de sua dimensão política, numa visão original que é a da sua "banalidade". Com isso, ocorre uma ampliação do pensamento político de Hannah Arendt. E, através desse deslocamento, ela pode renovar suas esperanças no homem, resgatando o papel de agente transformador da história, ou; em outras palavras, de agente político. A nosso ver, nesse enfoque político do problema do mal, o argumento acerca da insuficiência do conceito do mal radical kantiano, proposto em 1951, cai por terra, pois não há incompatibilidade entre tal conceito e o de banalidade do mal arendtiano. Este é o ponto de partida para apoiar essa reflexão sobre o conceito de banalidade do mal.

3. DIREITOS HUMANOS E DIREITO PENAL DO INIMIGO

Não parece ser simples coincidência que as reflexões éticas de Emmanuel Levinas, prisioneiro de guerra judeu durante o 2º conflito mundial, que viu sua família destruída pelos nazistas nos campos de concentração, tenha realizado uma espécie de fenomenologia do Rosto, demonstrando, a partir da brutalidade do concreto, que o vínculo que liga o sujeito ao Outro excede a relação intelectual que supostamente se esgotaria em compreensão (Levinas, 2005:29).

O Outro marca fundamentalmente a unicidade, é aquilo que não se repete que é particular de cada um e, na sua fragilidade diante das mãos da "manualidade" (Heidegger, 2006:117), por exemplo, demonstra o poder ético relativamente do poder ontológico. É a marca da alteridade, aquilo que desarticula, traumatiza e desordena o bloco de Totalidade que pretende esgotar o mundo numa imagem representacional.

O biopoder estatal parece, naquele momento, ser o limite máximo do poder ontológico, poder de matar e não cometer assassinato, ou pelo menos, como atestam já inúmeras fontes e sequer mais se esconde, torturar indivíduos que foram despersonalizados e transformados em "combatentes inimigos", sem Rosto e imersos na massa. O conceito concreto do Direito Penal do Inimigo, proposição de Günther Jakobs que explora exatamente a franja entre o jurídico e o político, situação no limiar de indiferença, o ponto em que reside o estado de exceção (Jakobs, 2006:95). Essa ligação íntima entre Direito Penal do Inimigo e estado de exceção, que exploramos em outra ocasião, retira a almejada "inocência" desse tipo.

A tese de teorização revela como havia notado Agamben, que se "fascismo e nazismo são, antes de tudo, uma redefinição das relações entre o homem e o cidadão e, por mais que isso possa

parecer paradoxal, eles se tornam plenamente inteligíveis somente se situados sobre o pano de fundo biopolítico inaugurado pela soberania nacional e pelas declarações de direitos” (2002:136-7). Que o fantasma político do Totalitarismo nos ronde parece ecoar duplamente Benjamin, nas oitava e nona teses sobre a história: primeiro, quando ele sinala que o “‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral”, e, segundo, quando diz que o anjo da história olha para o passado e “onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés” (Benjamin, 1994:226).

A ficção jurídica aqui nos mostra uma face desesperadora: de como malabarismos intelectuais podem tentar tornar “suportáveis” certos fatos que, diante de uma razão saudável, deveriam nos parecer catastróficos. Como pode no coração da maior democracia do mundo, legítima herdeira do liberalismo político, residir tamanho atentado ao humano? Agamben descobre, no seu trabalho “O Aberto”, que a distinção humanista entre o homem e o animal vem de uma “máquina antropológica” (2007:63), algo próprio do liberalismo político e da sua base metafísica, que depende da ficção do sujeito dotado de livre-arbítrio e racional, contratando igualmente com os demais a estruturação do Estado para lhe prover segurança, ordem. Agamben vê nessa máquina uma estrutura que já desde sempre pressupõe o humano a partir da linguagem, situando um estado de exceção em que a decisão sobre a humanidade e a inumanidade do vivente (vida nua) permanece numa zona de indistinção em permanente reconstrução (2007:69-76).

O problema do mal não resida apenas na maldade de um Governante, mas numa estrutura intelectual e política que faça que o caráter do humano tenha que depender dessa “máquina antropológica”, terminando por jogar no Estado o

poder de dizer sobre a vida e a morte. É provavelmente a ausência de um sentido mais concreto do humano que torna esse tipo de violência pretendente de alguma espécie de legitimidade, não obstante sua nítida brutalidade. De que forma que o Direito, ao vincular o princípio da dignidade da pessoa humana a um arcabouço normativo (a Constituição), não está aprisionando e, com isso, corrompendo a espessura do concreto que se opõe antes mesmo de qualquer efabulação racional? Será necessário um contrato social ou uma regressão intelectual a uma lei moral para que seja proibida a coisificação dos seres humanos³? Não é o Outro – totalmente transcendente e que me interpela, que exige, diretamente e sem qualquer intermediação (Levinas, 1977), o respeito e a responsabilidade? Não será necessário chegar a um conceito de “dignidade da pessoa humana” que dê conta do concreto, transcendente a leis da razão?

De que forma a banalização do mal não é um produto do *pharmakón* (Derrida: 2005:122) que são os direitos humanos, que têm pretensão de universalidade, mas vinculam o respeito ao humano a um poder estatal e, por correspondência, a uma cidadania? Não será o limite das políticas de direitos humanos, tal como formulados na sua estruturação tradicional, as “políticas de amizade”, sendo que o Outro é totalmente Outro e nem sempre “amigo”?

Trata-se de “desvendar essa engrenagem”, como diz Agamben (2002:18), para que somente assim esses acontecimentos não se repitam. Questiona-se a validade da relativização deste limite no momento atual, e mais, a possibilidade de admitir-se tal relativização. Estabelecer-se-ia, dessa forma, um conflito entre a liberdade do todo que é exercício de liberdade individual (HÖFFE, 2003), e a dignidade da pessoa humana: dois princípios de ordem pública entrariam em conflito, o que tornaria. Remete-se à ética deontológica de Hipócrates e ao princípio da não-prejudicabilidade (qual seja: não é

permitido ao pesquisador na área de saúde, e ao legislador mais ainda, permitir que seja feito ou fazer o mal, de qualquer forma que seja).

O conceito de Dignidade da pessoa humana é tomado como paradigma no que tange as práticas de pesquisas contemporâneas e mesmo a questão dos Direitos Humanos. Para o presente trabalho, o conceito de Dignidade da Pessoa humana sofre de uma deficiência conceitual de conteúdo, ainda que se trate de um conceito formalmente interessante, existem problemas para o estabelecimento de um conteúdo para o aspecto formal do conceito em tela. Desta forma, opta-se por ler o “Princípio da Dignidade da Pessoa Humana” como uma orientação formal e intuitiva para algumas questões que possam surgir. Agamben aproxima a perspectiva de Foucault daquela de Heidegger e de Benjamin, fazendo com que o projeto de uma antropologia de Foucault, fundada em uma estética da existência, se aproxime da perspectiva heideggeriana de uma ontologia fundamental, e da crítica de Walter Benjamin a concepção moderna de pessoa – a partir da vigência de uma vida nua dentro da política contemporânea.

Para compreendermos bem como Agamben se apropria do projeto foucaultiano de uma biopolítica, é preciso entender que a via de acesso para Foucault, em Agamben, é o trabalho de Walter Benjamin sobre soberania e política – bem como sobre a experiência da vida na modernidade. Esta vida sob a “regência” de um poder soberano, em Benjamin, é denominada “Vida Nua” – uma crítica direta a concepção normativa de pessoa, uma forma de vida que está regida por uma forma de lei: A simples forma de lei que se abstrai de toda a matéria para uma vigência sem significado, uma “simples forma de uma legislação universal”, que corresponde, em Kant, a “pura idéia da relação” do objeto transcendental que exprime, assim, o ser na relação de pensamento com um pensado

absolutamente indeterminado, exprime um dualismo entre a forma de lei (transcendental) e seu conteúdo, que, diante da indeterminação da forma pura da lei, fica paradoxalmente sujeito a uma determinação por alguém que está “fora” da lei, por um poder soberano que se coloca como quem diz o significado da forma da lei, e, conseqüentemente, que diz a forma de vida e forma de viver.

A festejada concepção reflexiva de pessoa que é instituída pelo liberalismo kantiano, para Benjamin, é uma Vida Nua, pois se encontra permanentemente exposta ao poder que diz esta vida. Agamben se apropria deste conceito de Vida Nua, trazendo todo o universo kafkiano que perpassa a contemporaneidade na idéia de uma vigência sem significado, exatamente como aquela que encontramos no Processo, ou na Colônia Penal – a forma pura da lei vigora e seu lugar de vigência é exatamente o corpo do vivente: a pena deverá ser inscrita no próprio corpo. A violência soberana que Walter Benjamin descreve atinge sua máxima eficácia como poder instaurador e legitimador do direito quando a politização da vida, através da juridicização do *modus vivendi*, toma forma.

Toda discussão sobre a experiência deve partir atualmente da constatação de que ela não é mais algo que nos seja dado fazer. Pois, assim como foi privado da sua biografia, o homem contemporâneo foi expropriado de sua experiência: aliás, a incapacidade de fazer e transmitir experiências talvez seja um dos poucos dados certos de que disponha sobre si mesmo. (AGAMBEN: 2005,21). Para Agamben, a questão da abertura do ser, do ser na linguagem, é, sobretudo, algo que devemos à forma como Heidegger problematiza a questão da experiência, da linguagem e da morte. A ligação entre Benjamin, Heidegger e Foucault é feita por Agamben quando o ser perde o seu lugar e é tomado por uma esfera de intervenção de fora que instaura a condição do ser e o modo de ser. Toda vida

se torna uma vida-nua, uma vida desprovida de autenticidade e sentido. O limite do poder soberano sobre o indivíduo torna-se apenas, e tão somente, a morte do indivíduo, morte esta que acaba por ser totalmente banalizada, em consequência da perda do sentido de experiência e autenticidade provocada pela totalização técnica.

O mundo, antes aberto para a experiência, é totalizado pela técnica, e a experiência do mundo enquanto mundo é perdida. Agamben tenta o resgate de um ponto de partida ontológico para a reflexão política, problematizando, desde o início, a questão da Vida na modernidade, agora entendida enquanto evento biopolítico por excelência. O conceito de bios, que desde Aristóteles tem uma importância decisiva dentro da política, é tomado por um poder soberano que é disseminado durante o Século XX. Esta disseminação, aliada com uma invasão sem precedentes da técnica científica no campo da política, permite que o conceito de Vida seja controlado e tomado politicamente em todos seus aspectos.

Esta nossa concepção cultural de vida como algo que não pode ser definido, mas precisa ser incessantemente dividido e articulado para permitir a possibilidade da política, indica que toda política, na sua origem, é uma biopolítica; um exercício de poder sobre a vida dos indivíduos. O ingresso da zoe na esfera da polis constitui, portanto, o evento fundador da política e, neste sentido, toda política já é uma biopolítica: uma intromissão de quem está de fora da lei, sob aqueles que estão sujeitos à mesma, no próprio corpo daqueles que compõem a sociedade. Esta intromissão leva a condição do ser no mundo para um ponto de indeterminação, uma perda de sentido do si mesmo. Uma determinação externa sobre o que é o humano.

Aqui, a influência de Hannah Arendt, e de seu trabalho nas Origens do Totalitarismo e no Sobre a Violência é notável. Se aquela autora menciona

que a violência é o surgimento de uma dimensão de intromissão da vida natural na ação política, Agamben identifica nesta falta de uma cesura entre a dimensão da animalidade e aquela do homem, um tipo de experimento político, mas um experimento que esconde, que deixa de lado o lugar onde o humano acontece: com a perda deste ethos fundamental, perde-se também o sentido da ação humana, agora sempre determinada por um de fora.

No entanto, com a assunção do poder biológico, a animalização do homem enquanto objeto da política é inevitável. Podemos dizer, mantendo a linguagem heideggeriana, que o homem é tomado enquanto ente no esquema político, e descrito e totalizado enquanto tal; esta redução do homem ao objeto biológico, que pode ser manipulado, alterado, melhorado e mesmo descartado, resulta na transformação da vida qualificada que tem seu lugar, e sua atuação na polis em uma vida nua que acontece no campo – a imagem dos corpos dilacerados, manipulados e extintos na lógica de produção dos campos de concentração do III Reich, aqui, surge como uma das consequências da assunção deste poder biológico – este limiar de indistinção entre espírito e corpo, natureza e cultura.

A transformação da vida do indivíduo, e da consangüinidade em objeto da política é identificada por Levinas como uma mentira, uma traição do contratualismo. Aproximar esta intuição de Levinas, em 1934, com a de Foucault que sugere que o contratualismo que tem na vida e proteção da vida qualificada, na bios a sua origem, quando pretende a regulação da vida biológica, e do como viver dos indivíduos cai em um totalitarismo, em uma exacerbação do biopoder, parece inevitável.

O espaço político que surge desta objetivização, desta falta de cesura, desloca o local onde o ser surge e se desenvolve culturalmente. A falta da passagem do natural para o cultural traz a política para o campo, e tira o espaço de experiência

do ser no mundo, o bios transforma-se em uma pura zoe, em uma vida nua exposta no campo.

Dos campos não há retorno em direção à política clássica; neles, cidade e casa tornaram-se indiscerníveis e a possibilidade de distinguir entre o nosso corpo biológico e nosso corpo político, entre o que é incomunicável e mudo e o que é comunicável e dizível, nos foi tolhida de uma vez por todas. E nós não somos apenas, nas palavras de Foucault, animais em cuja política está em questão suas vidas de seres vivos, mas também, inversamente, cidadãos em cujo corpo natural está em questão a sua própria política. (AGAMBEN, 2004:193).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Bioética apresenta-se como um conjunto de valores humanos e sociais que, a exemplo do sucesso econômico da empreitada norte-americana, está sendo fornecido como modelo às nações ocidentais e imitado por elas. Eles se apresentam como valores inquestionáveis, justos e adequados ao progresso geral da humanidade, espalhando-se por todo o mundo ocidental e sendo incorporados não só ao senso comum, mas ao próprio discurso acadêmico. Legitimados a partir da memória do Holocausto, eles visam transpor as fronteiras nacionais e pôr em xeque antigas soberanias. Apenas conseguem mobilizar atitudes e efetivar-se como prática política, no entanto, quando se articulam com as políticas públicas e com as legislações nacionais. Nesse momento, a cidadania parece emergir da sua proclamada falência e se afirmar como a categoria em torno da qual as garantias se articulam. Ao contrário do que se convencionou narrar, ela parece ser o ponto para o qual convergem as diretrizes supranacionais dos Direitos Humanos, inspiradas no princípio de natureza humana. Constitui-se como o campo político em que efetivamente se é capaz de gerir a vida dos indivíduos, conferindo a eles os

direitos do homem e reafirmando a sobrevivência dos Estados Nacionais, apesar da propalada cantilena de seu próximo e certo desaparecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, G. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- _____. Estado de Exceção. Trad. Iraci Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. Lo Abierto. 2ª ed. Trad. Flavia Costa y Edgardo Castro. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2007.
- _____. Estâncias: a palavra e o fantasma na cultura ocidental. Trad. Selvino Assmann. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- _____. Origens do Totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. Eichmann Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: C Letras, 2003.
- _____. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- _____. Origens do Totalitarismo. Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENJAMIN, Walter. A modernidade e os modernos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- _____. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Rua de mão única. São Paulo : Brasiliense, 1995.

_____. Sobre arte, técnica, linguagem e política. Lisboa : Relógio d'Água, 1992.

DE BONI, Luis Alberto (org). Ética e genética. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

DERRIDA,. A Farmácia de Platão. 3ª ed. Trad. Rogério Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

_____. Adeus a Emmanuel Levinas. Trad. Fábio Landa. São Paulo: Perspectiva, 2004.

DERRIDA, Jacques. Adeus a Emmanuel Lévinas. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

_____. Margens da filosofia. Campinas: Papyrus, 1991.

_____. Force of law. In Deconstruction and the possibility of Justice – Cardozo Law Review, v.11, n.5-6, jul.-ago. 1989. p.919-1046.

_____. Do espírito. Campinas: Papyrus, 1987.

DWORKIN, Ronald. Domínio da vida: aborto, eutanásia e liberdades individuais. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo. Trad. Maria Schuback, Petrópolis: Vozes, 2006. HEIDEGGER, Martin. Os conceitos fundamentais da metafísica: mundo, finitude, solidão. Porto Alegre: Forense Universitária, 2003.

_____. Parmenides. Bloomington: Indiana University, 1998.

HÖFFE, O. Clonagem em seres humanos? Um balanço provisório do debate em torno da ética jurídica. Palestra proferida no Simpósio do Instituto Goethe em Porto Alegre “Ética e Genética: A intervenção da genética na dignidade humana”. 2003. HOFFE, Orfried. Oorg. Dicionario de ética. Barcelona: Crítica, 1994.

_____. Justiça Política: fundamentação de uma filosofia crítica do direito e do Estado. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JAKOBS, Günther. Direito Penal do Cidadão e Direito Penal do Inimigo. In: Direito Penal do

Inimigo: Noções e Críticas. JAKOBS, Günther & MELIÁ, Manuel Cancio. Tradução: André Callegari e Nereu Giacomoli. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

_____. ¿Derecho penal del enemigo? Un estudio acerca de los presupuestos de la juridicidad. In: Derecho Penal del Enemigo: el discurso penal de la exclusión. v. 2. Org. Cancio Meliá e Gómes-Jara Díez. Buenos Aires: Euros Editores, 2006.

LEVINAS, Emmanuel. Entre Nós: ensaios sobre a alteridade. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.